

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

CAMILA DE BONA

**PROPRIEDADES VALENCIAIS DE NOMES DEVERBAIS: UMA ANÁLISE DE
DADOS DO PROJETO NURC**

Porto Alegre

2011

CAMILA DE BONA

**PROPRIEDADES VALENCIAIS DE NOMES DEVERBAIS: UMA ANÁLISE DE
DADOS DO PROJETO NURC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sabrina Pereira de Abreu

Porto Alegre

2011

**PROPRIEDADES VALENCIAIS DE NOMES DEVERBAIS: UMA ANÁLISE DE
DADOS DO PROJETO NURC**

Camila De Bona

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sabrina Pereira de Abreu

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Elisa Battisti

Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi

Porto Alegre, 2011.

AGRADECIMENTOS

Em meus anos mais jovens e vulneráveis, meu pai me deu um conselho que ficou na minha cabeça até hoje.

“Sempre que tiver vontade de criticar alguém”, me disse, “lembre-se de que nem todas as pessoas neste mundo tiveram as vantagens que você teve”.

(O Grande Gatsby – F. Scott Fitzgerald)

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, pelo apoio e incentivo na escolha deste curso e pelo total e constante envolvimento com tudo o que me preocupa, me motiva e me inquieta: obrigada pelo porto-seguro.

Agradeço também ao meu irmão, Bruno, pelos auxílios tecnológicos e pelas conversas só nossas.

Aos meus avós, fica minha gratidão pelo carinho, pelas orações e pela preocupação de sempre ter que adiantar o café de domingo por causa da neta que precisava voltar para Porto Alegre.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Sabrina Pereira de Abreu, agradeço pelos três anos que deram certo. Obrigada pela excelência, pelo cuidado, pelo envolvimento e, acima de tudo, pela confiança.

Meus agradecimentos aos professores Elisa Battisti, Mathias Schaf Filho, Rita Terezinha Schmidt e Sergio de Moura Menuzzi, por terem feito tanta diferença ao longo da minha graduação. Sergio e Elisa, obrigada pela honra.

Aos meus amigos e colegas, fica o meu *muito obrigada* por terem tornado esse caminho tão mais simples e leve através das nossas conversas, risadas e ajudas. Obrigada por sempre se importarem tanto.

EPÍLOGO

A língua está entremeada na vida humana. Nós a usamos para informar e convencer, mas também para ameaçar, para seduzir e, é claro para xingar. Ela reflete a forma como apreendemos a realidade, e também a imagem de nós mesmos que tentamos projetar para os outros, e os laços que nos unem a eles. É (...) uma janela para a natureza humana.

(Do que é feito o pensamento - Steven Pinker)

RESUMO

O presente trabalho objetiva comparar os nomes deverbais encontrados em cinco textos de transcrições referentes aos Diálogos entre Informante e Documentador do Projeto Nurc/RS com os também nomes deverbais encontrados em cinco textos de transcrições referentes às Elocuções Formais do mesmo projeto, registrados em Hilgert (1997 e 2007, respectivamente). O modelo teórico adotado centra-se na Teoria da Valência (BORBA, 1996). De acordo com essa teoria, a valência de um nome pode ser descrita em três níveis: valência lógica, valência morfossintática e valência semântica. No âmbito da língua comum, por exemplo, o nome *alteração*, em sua valência lógica, é biargumental – P (A) + (A); na valência morfossintática, o preenchimento da casa se dá, formalmente, com dois sintagmas preposicionados – P + A (= Sprep) + A (= Sprep); já na valência semântica, os argumentos estão marcados semanticamente com o traço [- animado] e [+ agentivo]. Entretanto, no nível do discurso, os nomes deverbais podem apresentar propriedades valenciais diversas: no excerto “*se houver uma alteração não localizada mas geral... vamos dar o exemplo...*”, temos a perda dos argumentos, já que a elipse foi privilegiada (tendo em vista o contexto conversacional), pois o fenômeno da nominalização pode não ter, a nível discursivo, a mesma expressão argumental de uma descrição formal. Além disso, temos em vista, juntamente com Camacho (2007), que conforme o predicado verbal ganha estatuto nominal, as marcações tipicamente oracionais dão lugar a outros mecanismos de expressão argumental, tais como marcação por preposição, por adjetivo, por pronomes possessivos e por orações relativas. Nosso objetivo, pois, é comparar essas duas instâncias de conversação para analisar tanto o número de ocorrências de nomes deverbais quanto suas propriedades valenciais. Nossa hipótese inicial era a de que, nos textos das Elocuções Formais, teríamos uma maior incidência desses nomes, tendo em vista a maior formalidade da situação e a maior possibilidade de planejamento de fala quando comparados aos textos dos Diálogos entre Informante e Documentador. Nossa metodologia se centrou primeiramente na leitura atenta do nosso *corpus* com fins de extração dos nomes deverbais e seus contextos de ocorrência; a classificação dos mesmos foi realizada de acordo com suas propriedades valenciais (monovalente, bivalente, trivalente) e, então, os nomes foram organizados conforme a presença ou ausência de seus argumentos. Os nossos resultados mostraram que o contexto conversacional mais planejado e formal de fato potencializa o uso de nomes deverbais. Em relação à valência, em função de nossa análise ter considerado diversos mecanismos de manutenção dos argumentos que não só os presentes no interior do núcleo nominal, não tivemos uma diferença significativa no que tange às propriedades valenciais de nomes deverbais em uma e em outra instância discursiva.

Palavras-chave: nomes deverbais, valência, expressão argumental, contexto de conversação, formalidade situacional

ABSTRACT

This paper aims to compare the deverbal nouns found in five transcribed texts of Dialogues between Informant and Documentor from Project Nurc/RS with the deverbal nouns found in five transcribed texts of Formal Elocutions from the same project, registered in Hilgert (1997 and 2007, respectively). The theoretical model focuses on the Valency Theory (BORBA, 1996). According to this theory, the valency of a noun can be described in three levels: logical valency, morphosyntactic valency and semantic valency. In common language, for example, the Portuguese noun *alteração*, in its logic valency, is biargumental - P (A) + (A); regarding the morphosyntactic valency, we may have, formally, two prepositional phrases - P + A (= Sprep) + A (= Sprep); on the semantic valency, the arguments are semantically marked as [-animate] and [+agentive]. However, in the discourse level, the deverbal nouns may have different valencial properties: in the excerpt “*se houver uma alteração não localizada mas geral... vamos dar o exemplo...*”, we have argumental loss, since ellipse was privileged (having in mind the conversational context), because the nominalization phenomenon, in the discursive level, may not have the same expression as it has in a formal argumental description. Besides, we consider, along with Camacho (2007), that as the verbal predicate gains nominal status, the clausal markings that are typically verbal give way to other mechanisms of argumental expression, like prepositional marking, adjectival modification, the use of possessive pronouns and relative clauses. Our goal, therefore, is to compare these two instances of conversation to analyze both the number of occurrences of these deverbal nouns and their valencial properties. Our initial hypothesis was that, in the texts of Formal Elocutions, we would have a higher incidence of deverbal nouns, taking into account the higher rate of formalism and possibility of planning the speech when compared to the texts of Dialogues between Informant and Documentor. Our methodology was, first, a careful reading of our *corpus* with the purpose of extracting the deverbal nouns and their contexts of occurrence; the classification was made according to their valencial properties (monovalent, bivalent and trivalent), and then the names were organized in accordance with the presence or absence of their arguments. Our results showed that a more formal and planned context of conversation actually enhances the use of deverbal nouns. Regarding valencial properties, because our analysis considered various mechanisms of arguments’ maintenance and not only the ones present within the nominal core, we did not have a significant difference related to the valencial properties of deverbal nouns in one and in other discursive instance analyzed.

Keywords: deverbal nouns, valency, argumental expression, conversational context, situational formality.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: DID: Caracterização Valencial – Nomes Monovalentes.....	45
Quadro 2: DID: Caracterização Valencial – Nomes Bivalentes.....	45
Quadro 3: DID: Caracterização Valencial – Nomes Trivalentes	45
Quadro 4: EF: Caracterização Valencial – Nomes Monovalentes	46
Quadro 5: EF: Caracterização Valencial – Nomes Bivalentes	46
Quadro 6: EF: Caracterização Valencial: Nomes Trivalentes	46
Quadro 7: DID: Análise quantitativa da manutenção e perda dos argumentos dos nomes deverbais.....	59
Quadro 8: EF: Análise quantitativa da manutenção e perda dos argumentos dos nomes deverbais.....	59
Quadro 9: Comparação quantitativa: nomes monovalentes	60
Quadro 10: Comparação quantitativa: nomes bivalentes	60
Quadro 11: Comparação quantitativa: nomes trivalentes.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Nomes Monovalentes: Diálogos entre Informante e Documentador	49
Gráfico 2: Nomes Monovalentes: Elocuções Formais	49
Gráfico 3: Nomes Bivalentes: Diálogos entre Informante e Documentador.....	51
Gráfico 4: Nomes Bivalentes: Elocuções Formais	51
Gráfico 5: Nomes Trivalentes: Diálogos entre Informante e Documentador.....	56
Gráfico 6: Nomes Trivalentes: Elocuções Formais	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O CONTEXTO CONVERSACIONAL NA TEORIA LINGÜÍSTICA	13
1.1 Visão geral da Gramática Funcionalista e seus principais expoentes	14
1.2 O estatuto informacional: noções de tópico e foco.....	19
1.3 As competências lingüística e comunicativa	20
2 OS NOMES DEVERBAIS.....	25
2.1 Estudos sobre nomes deverbais na Gramática do Português Falado.....	31
2.2 A Teoria da Valência de Francisco Borba.....	34
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
3.1 Restrições para recolha e seleção dos dados	39
3.2 Organização dos dados	41
3.3 Apresentação da classificação dos dados	44
4 ANÁLISE DOS DADOS	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	67
ANEXO – Nomes deverbais encontrados em nosso <i>corpus</i> e suas classificações de acordo com os contextos de ocorrência	69

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar como nomes deverbais atualizam suas valências no discurso falado, mais especificamente em textos de transcrições referentes aos Diálogos entre Informante e Documentador e às Elocuções Formais do Projeto Nurc/RS, registrados em Hilgert (1997 e 2007, respectivamente), o qual se constitui em um arquivo de gravações de falas produzidas por falantes identificados como pertencentes à variedade culta da língua. A escolha por estudar nomes deverbais foi intencional, tendo em vista que o verbo é um dos elementos semanticamente mais incompleto que temos em nosso léxico e também o mais determinante, pois é ao redor dele que outras categorias de palavras irão se organizar a fim de estabelecer relações de interdependência, fazendo com que ele se realize de forma plena. Nosso objetivo inicial, pois, é verificar se há um número considerável de nominalizações deverbais em nosso *corpus* e, também, se os nomes deverbais preservam nessas instâncias de fala os argumentos do verbo de que derivam ou se apresentam uma matriz valencial mais simplificada. Após a verificação da manutenção ou não das propriedades valenciadas, realizaremos uma análise comparativa entre as duas instâncias discursivas supracitadas, com o fim de averiguar se a formalidade situacional, como aponta Gamarski (2002), é um dos fatores determinantes na atualização dos nomes deverbais no discurso falado.

A motivação para este trabalho surgiu em 2010, quando realizamos um estudo do projeto *Implementação do Banco de Dados da Língua Geral*, que se referia à análise de nomes deverbais em sintagmas terminológicos do léxico da Análise Organoléptica, subárea da Enologia. Como em terminologias temos uma grande quantidade de sintagmas terminológicos constituídos em torno de núcleos deverbais, esperávamos que os itens lexicais que compõem esses sintagmas terminológicos apresentassem perda de nuances semânticas, já que, ao se constituírem como termos, esses sintagmas precisam veicular um conceito típico de determinada área do conhecimento e, muitas vezes, o sentido básico das palavras pode se tornar opaco. Esta mudança nas propriedades composicionais dos vocábulos implica um grau de congelamento maior entre os itens lexicais componentes do sintagma nominal, o que repercute na sintaxe lexical, ou seja: se a opacidade semântica dos itens lexicais for significativa, maior será o caráter terminológico dessa unidade lexical. Através da análise de 45 sintagmas terminológicos da Análise Organoléptica, registrados em Siqueira (2004), a hipótese de que o congelamento semântico de determinadas categorias léxicas –

principalmente em se tratando da perda de argumentos dos núcleos deverbais – poderia repercutir na disposição sintática dos termos foi corroborada.

Com isso em vista, pensamos que seria interessante estudar as propriedades valenciais dos nomes deverbais em outros tipos de registro, como na língua falada culta, para verificar como se dá a atualização dessas nominalizações na instância discursiva. Em uma descrição formal, a relação entre as estruturas semântica e sintática dos nominais pode ser formalmente previsível, mas podemos lançar a hipótese (na linha de raciocínio de Gamarski, 2002) de que, nas situações de uso da língua, a estruturação sintática dos nomes, no que diz respeito à sua atualização na frase, pode variar por fatores complexos: o tipo de verbo nominalizado, a extensão dos elementos que preenchem cada função semântica, a função referencial do sistema nominal, questões de extensão de significado lexical e de formalidade do discurso. Tendo em vista que estamos lidando com a realização de argumentos de nomes deverbais que são, em sua grande maioria, transitivos, é importante ainda salientarmos, com Pezatti (2007), a idéia de que enquanto a noção de transitividade tem fundamento sintático e semântico, o grau relativo de transitividade de uma sentença está fortemente vinculado a necessidades de expressão de relevância discursiva, definida em termos da relação figura/fundo no discurso narrativo.

Podemos inferir, inicialmente, que as nominalizações, ao veicularem idéias abstratas, são indícios de uma fala mais culta e formal, justamente por ser um fenômeno mais complexo tanto em nível estrutural, quanto em nível semântico, pois é morfologicamente marcado. Ademais, quando fazemos uso de um nome deverbal em instâncias discursivas, podemos estar retomando uma idéia já anteriormente expressa através de um verbo com seus respectivos argumentos; com isso em mente, acreditamos que, em muitos casos, a nominalização se atualiza já como tópico do discurso, o que pode explicar a não-realização de certos argumentos.

Enfim, essas são as principais questões que embasam o presente trabalho de conclusão de curso, que está organizado da seguinte forma: no capítulo 1, trataremos mais detalhadamente das especificidades do projeto Nurc, ao qual nosso *corpus* pertence, e das características de ambas as instâncias discursivas escolhidas – Diálogos entre Informante e Documentador e Elocuções Formais. Além disso, abordaremos historicamente a visão funcionalista na qual este trabalho se insere. Essa abordagem de análise linguística não dissocia a língua de seu uso e considera a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória (NEVES, 1997). Como nosso *corpus* abarca gravações

de falas nos registros ‘entrevista’ e ‘aulas/palestras’, é fundamental darmos relevância ao contexto de conversação para que sejamos capazes de entender o funcionamento de determinadas categorias léxicas. É através da concepção de que o léxico, quando atualizado no discurso, está constantemente sujeito a inúmeras pressões de ordem comunicativa e pragmática, que tentaremos analisar a estrutura gramatical subjacente a ele em nosso *corpus*, tendo em mente que o êxito comunicativo é sempre o principal objetivo do falante. Como fechamento do capítulo, trataremos brevemente de alguns estudos sociolingüísticos, com foco na competência comunicativa de Dell Hymes (1974), tendo em mente a relevância de considerarmos os interlocutores, o contexto conversacional e os propósitos comunicativos para uma melhor adequação discursiva.

No capítulo 2, trataremos do nosso objeto de estudo: os nomes deverbais. O processo derivacional de formação de palavras pelo qual esses nomes passam é o da sufixação, o qual será descrito também neste capítulo. Além disso, abordaremos importantes estudos de Basílio (1980) e Camacho (2007) relativos à atualização discursiva dos nomes deverbais, juntamente com um estudo realizado por Gamarski (2002) a respeito das propriedades valenciais desses nomes. Nosso referencial teórico, a Teoria da Valência (BORBA, 1996), também será apresentado neste capítulo. De antemão, cabe registrar que uma gramática de valências toma como nuclear um elemento oracional, preferencialmente o verbo, para demonstrar como os demais se dispõem em torno dele através de relações de dependência. Esta teoria, pois, fornece um referencial analítico para a descrição das relações de dependência que se estabelecem entre categorias que ocorrem em um contexto lingüístico; trata-se de um excelente aporte teórico para a verificação das propriedades sintáticas e semânticas dos itens lexicais isoladamente e das construções sintagmáticas que eles podem originar. Borba conceitua “valência” como a propriedade que tem uma classe de elementos de poder se ligar com classes específicas de outros elementos.

No capítulo 3, com o intuito de introduzirmos os dados de nosso *corpus*, apresentaremos os procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa, juntamente com a classificação utilizada para a identificação das nominalizações encontradas. Além disso, explicitaremos nossos critérios para a seleção dos nomes deverbais e sua posterior organização, ilustrada com exemplos extraídos do *corpus*.

Por fim, no capítulo 4, apresentaremos as análises relativas aos dados do *corpus* concernentes ao número de ocorrências dos nomes deverbais e às suas realizações argumentais em ambas as instâncias discursivas. As conclusões obtidas na análise dos dados serão relatadas, juntamente com nossas considerações finais. Dito isso, passemos ao trabalho.

1 O CONTEXTO CONVERSACIONAL NA TEORIA LINGÜÍSTICA

O projeto Nurc (Norma Urbana Culta) e os trabalhos desenvolvidos posteriormente em decorrência dele se destinam à descrição do português brasileiro em sua manifestação falada dita culta. Este projeto se estabeleceu na década de 1970 em cinco cidades brasileiras: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Nelas, foram documentadas as falas de falantes que, por critérios claramente definidos, eram identificados como pertencentes à variedade culta da língua portuguesa, tendo-se constituído um valioso acervo de dados destinado ao estudo da língua na modalidade falada (HILGERT, 1997). O Nurc é composto, basicamente, por três diferentes instâncias discursivas, quais sejam Diálogos entre dois Informantes, Diálogos entre Informante e Documentador e Elocuções Formais, através das quais podemos identificar, nessa ordem, uma progressão crescente de formalidade e possibilidade de planejamento de fala.

Podemos apontar o fato de que o texto falado se caracteriza por ser, em sua essência, um processo antes de ser considerado um produto:

Ao contrário do escrito, o texto falado revela explicitamente toda a complexidade do processo da constituição textual, envolvendo tanto o planejamento verbal quanto a sua formulação lingüística, determinando-se ambos numa progressiva relação de causa e efeito e sendo determinados pelas características dos interlocutores, pelas relações que os unem ou desunem e pela situação de fala. A preocupação simultânea dos falantes com *o que dizer* e *como dizer* deixa evidente, no texto falado, uma série de marcas responsáveis pela caracterização específica de sua formulação. Elas explicitam os procedimentos a que o falante se vê impelido a recorrer para levar a bom termo o seu objetivo comunicacional (HILGERT, 1997, p. 15).

Essa característica do texto falado em ser planejado e atualizado simultaneamente apresenta implicações de ordem lingüística nas escolhas léxicas do falante. De acordo com nosso *corpus*, esse *processo* comunicativo se faz muito mais evidente nos Diálogos entre Informante e Documentador (DID), na instância discursiva conhecida como *entrevista*, já que todo ato de fala depende do que foi anteriormente proferido pelo interlocutor, não havendo possibilidade de planejamento prévio: as entrevistas presentes em nosso *corpus* são sobre diferentes temas, sendo realizadas diretamente entre o entrevistador e o entrevistado. Já os textos das Elocuções Formais (EF), compostos por aulas, palestras e conferências, têm a característica de serem proferidos por apenas uma pessoa, essa sendo raramente interrompida pelo público ouvinte, o que resulta na construção de uma fala baseada em um tema já estabelecido e na clara possibilidade de organizar o discurso com antecedência, assegurando à essa instância de fala um grau de formalidade relativamente maior.

É através dessa percepção da dinamicidade do contexto conversacional, principalmente no que atine a instâncias mais informais de fala, que se inscreve uma teoria que considera a língua como um multissistema, na qual produtos e processos coexistem (CASTILHO, 2010). Essa recente teoria, conhecida como Gramática Funcionalista, juntamente com seus principais expoentes, será mais bem contextualizada a partir de então, tendo em vista sua relevância para esta pesquisa.

1.1 Visão geral da Gramática Funcionalista e seus principais expoentes

O funcionalismo, não sendo uma teoria em particular, é constituído por vários modelos teóricos que, mesmo diferindo em determinados aspectos, apresentam pontos em comum. Na maioria das vezes, esses modelos teóricos não são associados às suas características mais marcantes, mas aos nomes dos pesquisadores e estudiosos que os desenvolveram. Prideaux (1994, *apud* NEVES, 1997, p.1) afirma que “*provavelmente existem tantas versões do funcionalismo quantos lingüistas que se chamam funcionalistas*”. Apesar da existência de diferenças entre os vários modelos teóricos, há também semelhanças importantes que os unem, ou seja, há um denominador comum na determinação do modo como as pessoas conseguem se comunicar por meio de um sistema lingüístico, o que torna possível uma básica caracterização do funcionalismo e de suas idéias fundamentais.

Qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente. Todo o tratamento funcionalista de uma língua natural põe sob exame, pois, a competência comunicativa (NEVES, 1994, p.2).

Na abordagem funcionalista da linguagem, temos, pois, a idéia de que compreender uma língua é compreender o valor comunicativo que as unidades lingüísticas adquirem no sistema (MENUZZI, 2008). Ademais, temos uma maior ênfase no caráter motivado e natural das relações existentes entre classes e significados, já que as formas são vistas como sensíveis ao uso e a relação entre função e gramática não é arbitrária (MACKENZIE, 1992, *apud* NEVES, 1994). Partindo de uma visão funcionalista, as estruturas lingüísticas não são estáticas, pois, por serem flexíveis e permeáveis às pressões do uso, estão sujeitas a constantes reelaborações. Neste ponto, temos um claro contraste com os pressupostos formalistas, nos quais as orações geralmente são descritas independentemente de sua localização contextual,

ou seja, a contextualização das línguas naturais ocorre nelas mesmas, já que o uso da língua, além de secundário, apenas implementa o código e a competência do falante; não obstante, elementos e estruturas, no paradigma formal, são entendidos como analiticamente arbitrários. O funcionalismo dirige seu olhar para os processos de criação das estruturas e suas motivações discursivas, enquanto o formalismo se concentra nas estruturas já cristalizadas (CASTILHO, 2010).

Ao contextualizar os fatos gramaticais na situação de fala que os gerou, a Gramática Funcional toma como partida os significados das expressões lingüísticas, para em seguida indagar como eles se codificam gramaticalmente. (...) Ela postula que a língua exista não porque disponha de uma estrutura, mas sim que sua estrutura existe em vista da necessidade de cumprir certas funções (CASTILHO, 2010, p.78).

Neves (1994) aponta para o fato de que a Gramática Funcionalista não confere uma estrutura sintática inequívoca à sentença, já que temos uma pragmatização do componente sintático-semântico no uso lingüístico. Nesse contexto, uma descrição da estrutura da sentença não seria suficiente para determinar o som e o significado da expressão lingüística, pois, para uma descrição completa, precisamos incluir a referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis dentro da situação de interação determinada socioculturalmente. Heine (1997, *apud* CASTILHO, 2010, p.78) afirma que “*as motivações para o uso e o desenvolvimento da língua são externas à estrutura lingüística; as explicações externas da língua têm maior poder do que as explicações internas*”. A linguagem, nessa perspectiva, não é vista como um fenômeno mental, mas, antes, social.

É importante ressaltar, juntamente com Castilho (2010), que, enquanto o estruturalismo postulou a língua como um fenômeno homogêneo, sendo capaz de dar autonomia à Lingüística como disciplina científica, o funcionalismo, ao conceber a língua heterogeneamente, faz da Lingüística um campo interdisciplinar. Em percebendo a língua como um somatório de usos concretos, histórica e socialmente situados, há a necessidade de contato com disciplinas tais como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, entre outras, tendo em vista que a Gramática Funcional procura sempre correlacionar as classes, as relações e as funções com as situações sociais concretas em que elas foram geradas. Para isso, ela muitas vezes ultrapassa a mera análise sentencial para avançar na análise de textos, já que o estudo da sintaxe funcional se realiza concretamente no discurso.

Os primeiros desenvolvimentos concernentes à visão funcionalista da linguagem dizem respeito à **Escola Lingüística de Praga** (doravante ELP). A teoria lingüística, aqui,

passa a ser construída no interior do próprio sistema e não na mera indicação de funções gramaticais.

Escola Lingüística de Praga é a designação que se dá a um grupo de estudiosos que começou a atuar antes de 1930, para os quais a linguagem, acima de tudo, permite ao homem reação e referência à realidade extralingüística (NEVES, 1997, p.17).

Ainda com Neves (1997), as frases, na ELP, são vistas não apenas como uma estrutura lingüística, mas, também, como unidades comunicativas que veiculam informações e que estabelecem relação com a situação de fala, além das relações puramente lingüísticas. Esta abordagem é considerada como um estruturalismo funcional, já que o sistêmico e o funcional são vistos lado a lado, não havendo uma separação entre uso e estrutura: não há a priorização de um em detrimento de outro.

É interessante apontarmos, ainda, que a frase não é vista como apenas passível de análise nos níveis fonológico, morfológico e sintático, mas, também, no nível comunicativo. Ao estudar a língua tcheca, na qual a ordem das palavras constitui um fator essencial de organização em nível informacional da frase, os estudiosos da ELP propuseram uma bipartição da frase entre um elemento comunicativamente estático e menos informativo, o tema, e outro comunicativamente dinâmico e mais informativo, o rema (ou comentário) (NEVES, 1997). Essa é uma análise que pode ser aplicada aos nomes deverbais, já que, em muitos casos, os nomes que perderam seus argumentos se constituem como tema, ou tópico frasal, portanto não havendo a necessidade da manutenção dos argumentos, tendo em vista que há uma grande chance de eles já terem sido apresentados previamente no discurso.

É importante ressaltar que, apesar de o conceito de funcionalismo estar, sem dúvida, ligado à Escola Lingüística de Praga, ele acabou por tomar outros contornos ao longo do tempo e, hoje, o funcionalismo tem vida própria.

Ao mesmo tempo em que temos abordagens funcionais extremadas, ou seja, abordagens que levam a idéia de *função* às últimas conseqüências, negando a realidade da estrutura, temos, também, outras duas perspectivas funcionais relevantes: a conservadora e a moderada. Um funcionalismo dito conservador é aquele que simplesmente aponta a inadequação das análises formalistas, sem propor uma análise alternativa; já um funcionalismo conhecido como moderado, além de mostrar essas inadequações, propõe uma análise funcionalista da estrutura, admitindo que a noção de estrutura é central para o entendimento das línguas. É nesta última abordagem que Van Valin (1990, *apud* NEVES, 1994) situa as propostas de Michael A. K. Halliday e de Simon Dik.

O inglês **Michael Halliday** defende um modelo sistêmico funcional da linguagem, em contraste com o modelo sistêmico formal de Saussure e Chomsky. Enquanto as gramáticas formais apresentam uma orientação sintagmática, de encadeamento das frases, a gramática funcional se volta mais para as categorias paradigmáticas, já que concentra nas unidades sintagmáticas apenas a realização lingüística, deixando, para um nível mais abstrato e profundo, as relações paradigmáticas, ou seja, as relações de escolha. É a escolha, pois, que produz significado, e ela não necessariamente se faz de forma consciente e/ou livre; as opções que temos são organizadas pela gramática em conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas (HALLIDAY, 1973, *apud* NEVES, 1997).

Para Halliday (NEVES, 1997), uma gramática funcional é, em sua essência, natural, no sentido de que tudo nela pode ser explicado com referência à maneira como a língua é usada: são os usos que, através de gerações, têm dado forma ao sistema. Com isso em vista, os componentes fundamentais do significado na língua são os componentes funcionais, sendo que os dois principais são o ideacional (entender o ambiente) e o interpessoal (influir sobre os outros).

O nome, do ponto de vista da função ideacional – aquela que põe em exame a língua enquanto representação da realidade –, é um referenciador. No entanto, no que diz respeito à função semântica da frase,

[...] o nome entra no sistema de transitividade como participante de processos e relações, e é a partir daí que assume, na estrutura do enunciado, uma função sintática. Além disso, alguns substantivos entram de outro modo, ainda, na organização do sistema de transitividade: nomes valenciais (nomes de processos e relações) acionam o sistema de transitividade como predicadores de outros nomes (participantes) projetando novas estruturas sintáticas (NEVES, 1997, p.65).

É através dessa visão da transitividade em termos da manifestação das propriedades valenciais de núcleos que iremos analisar os nomes deverbais presentes em nosso *corpus*; a análise do funcionamento dos itens de determinada classe leva ao esclarecimento dos diversos processos pelos quais determinadas categorias lexicais passam. No relato de um acontecimento ou de uma cena, o falante precisa selecionar, segundo sua perspectiva, um predicador e seus argumentos, definindo um determinado esquema de estruturação sintático-semântica. Assim, dependendo desta estruturação, podemos propor uma análise que abarque o ponto de vista escolhido pelo falante para veicular determinada informação. Neves (1997) afirma que, nesta perspectiva, o texto é, concomitantemente, organização de informação, organização semântica e, ainda, organização de interação. A questão fundamental, na gramática funcional de Halliday, é o caráter teleológico das formas gramaticais, ou seja, as

formas são um meio para um fim e não um fim em si mesmas. A língua, então, é um sistema semântico não apenas por causa do significado das palavras, mas pelo significado passível de ser apreendido através de toda a estruturação sentencial.

A sempre presente relação entre a análise lingüística e o contexto de ocorrência dos enunciados é fundamental na abordagem de Halliday, tendo em vista que sua teoria relaciona linguagem, situação e cultura, sistematicamente (DAVIDSE, 1987, *apud* NEVES, 1997).

De acordo com Neves (1997), o principal expoente da Gramática Funcional Holandesa, **Simon Dik**, também trabalha com o caráter teleológico da linguagem, apresentando uma evidente ligação com a teoria pragmática da escola de Oxford e com o Interacionismo Simbólico de G. H. Mead. Dik aponta que, ao adotar um ponto de vista funcional em relação à linguagem, a principal questão de interesse seria: “Como os falantes e os destinatários são bem sucedidos comunicando-se uns com os outros por meio de expressões lingüísticas?” (NEVES, 1997, p.76)

Dik advoga pela análise de dois tipos de regras: as lingüísticas *stricto sensu* (regras fonológicas, morfológicas, semânticas e sintáticas), e as regras de uso pragmático (regras capazes de governar padrões de interação verbal). Como já foi mencionado na primeira parte desta seção, apesar da teoria funcionalista distinguir *sistema* de *uso* da língua, ela evita estudar uma fazendo abstração da outra. A forma dos enunciados, nesse sentido, não poderá ser interpretada independentemente de sua função: “De um ponto de vista funcionalista, a relação entre a intenção do destinador e a interpretação do destinatário, na interação verbal, tem a expressão lingüística apenas como mediação” (NEVES, 1997, p.79)

Um dos aspectos que diferencia a gramática funcional de Dik de outras teorias funcionalistas é o enfoque dado à estrutura lingüística da sentença, já que Dik pretende dar conta tanto da representação semântica, em um nível mais profundo, quanto da forma fonética, representada superficialmente. Dik enfatiza a necessidade da existência de uma teoria que lide coerentemente com os dados lingüísticos encontrados em uma considerável variedade de línguas, já que teoria lingüística e análise de dados devem andar conjuntamente. Essa teoria deve integrar não somente os fatos lingüísticos formais, como também questões relativas a um contexto de uso mais geral.

O componente pragmático foi incluso nos trabalhos de Dik desde cedo, tendo em vista que, para ele, a própria função referencial da linguagem é considerada como uma ação pragmática e cooperativa. O lingüista holandês se concentrou, extensivamente, no estudo da informação pragmática contida nos constituintes lingüísticos internos à frase, e não no papel pragmático de elementos extrafrasais.

Com essa breve revisão teórica acerca do Funcionalismo, pretendemos explicitar os conceitos fundamentais que nortearão a análise dos nomes deverbais neste trabalho; em

especial, esses conceitos sustentam que, dependendo da instância discursiva e do contexto conversacional, os falantes acionam propriedades sintáticas e semânticas dos nomes de acordo com seus propósitos comunicativos.

1.2 O estatuto informacional: noções de tópico e foco

Um exemplo claro da correspondência entre forma e função, muito estudada pelos funcionalistas, é a perspectiva funcional da sentença, na qual temos a ordem sintática dos constituintes determinada pela situação de comunicação: dependendo do grau de informatividade dos constituintes, temos o tópico (ou o assunto a ser tratado) na posição inicial da sentença e o foco ou comentário (o que é novo sobre o assunto) na parte final. A ordem sintática dos constituintes pode não diferir em relação às condições de verdade da sentença, segundo uma interpretação restrita de “significado” (LYONS, 1987), mas certamente difere em relação à situação e ao contexto comunicativo. Ao longo do discurso, a dinamicidade entre informação velha (tópico) e informação nova (foco) é constantemente rearranjada para que a comunicação não seja nem totalmente redundante, nem de todo surpreendentemente nova:

Discourse is an informational hybrid or an informational compromise, whereby each preposition in the chain of discourse adds some information, so that it is not totally tautological and thus informationally redundant, given the pre-existing data base; nor it is totally novel, without any overlap with pre-existing knowledge – and thus unintegrable and the functional equivalent of a contradiction (GIVÓN, 1984, p. 241).

A noção de uma ‘corrente’ de coerência discursiva é de extrema importância, já que a informação velha, ou tópico do discurso, é capaz de fazer uma ligação com o que já está no contexto para, depois, acrescentar o que é novo em termos informacionais.

Um exemplo encontrado em nosso *corpus* e passível de ser analisado nesses termos está no seguinte excerto:

*“depois... sente-se uma **sensação de rubor** no rosto... o sangue... devido ao aumento da pressão... nessa região torna mais... ativa né? então dá essa **sensação**... depois vem a famosa tremedeira...” DID - p.80*

O nome deverbal *sensação* é argumentalmente satisfeito por *de rubor* primeiramente. Através do fluxo conversacional, temos a repetição desse nome sem seu complemento, já que

o mesmo já fazia parte do contexto. Com isso, podemos inferir, inicialmente, que quando fazemos uso de um nome deverbal em instâncias discursivas, o contexto de ocorrência autoriza o apagamento do complemento, pois nesse caso podemos estar retomando uma ideia já anteriormente expressa através de um verbo com seus respectivos argumentos ou mesmo através de um nome deverbal argumentalmente satisfeito em contexto anterior; com isso em mente, em muitos casos, a nominalização se atualiza já como tópico do discurso, ou seja, seus argumentos já estão presentes no contexto conversacional e não seria mais relevante expressá-los novamente.

1.3 As competências lingüística e comunicativa

A língua, sendo um vasto e complexo objeto de estudo, exige do pesquisador a seleção de um *ponto de vista*, ou seja, de uma *teoria* na qual ele vai assentar suas pesquisas. Frente à magnitude deste objeto, o ponto de vista escolhido será sempre incompleto e limitado, determinando o tipo de gramática que será produzida (CASTILHO, 2010).

No começo do século XX, Ferdinand de Saussure, com a publicação do *Cours de Linguistique Générale*, liberta a Lingüística das amarras da História, da Sociologia e da Psicologia, elegendo o código lingüístico como objeto de estudo, a *langue* em detrimento da *parole*, autonomizando a disciplina da Lingüística e homogeneizando as comunidades de fala. Durante a primeira metade deste século, a maioria dos lingüistas se dedicou à estrutura da língua, aos seus aspectos arbitrários e às relações que os signos com valor no sistema estabeleciam entre si (CASTILHO, 2010).

Noam Chomsky, o responsável pelo desenvolvimento da Gramática Gerativa na segunda metade do século passado, ao perguntar como uma criança, em um estágio ainda precoce de vida, adquire a habilidade de lidar gramaticalmente com sentenças e palavras, mesmo com pobreza de estímulos e falta de ensino formal, advoga pela existência de uma gramática internalizada, que é refletida na competência lingüística dos falantes (RAPOSO, 1992). A competência lingüística, então, é vista como um sistema de conhecimento lingüístico que todo e qualquer falante de uma determinada língua possui; é uma propriedade humana universal comum a todos os seres humanos, não importando a raça, a classe social/cultural ou as características físicas e independe, também, dos atributos de intelecto e de personalidade de cada pessoa. Esses últimos aspectos têm reflexo em outro componente, qual seja a performance, *o uso concreto da linguagem em situações de fala concretas*

(RAPOSO, 1992, p.31); o desempenho do falante não é considerado na teoria gerativa, tendo em vista que é apenas o modo como a competência é utilizada e atualizada no discurso. A competência de Chomsky engloba, também, o conhecimento das propriedades do léxico, de suas características semânticas e sintáticas: essa competência ‘formal’, neste trabalho, será, por vezes, contrastada com a atualização dos vocábulos através da performance dos falantes, através da competência comunicativa dos usuários.

Quando os estudos em relação à fala se fizeram iminentes, esses princípios descritivos de corte clássico não conseguiram dar conta do dinamismo constituinte da oralidade e, nesse contexto, muitos estudiosos atribuíram um caráter assistemático para a fala (CASTILHO, 2010, p.62).

Em 1962, em resposta à natureza abstrata da competência lingüística, Dell Hymes publica um artigo lidando com a noção de competência comunicativa, que tem seu foco em performances de fala socialmente situadas. Este conceito reflete o conhecimento social do falante sobre quando e como usar enunciados de uma forma apropriada, além do conhecimento fonológico, morfológico e sintático (CALVET, 2002).

É importante apontar que a competência comunicativa é também uma reação em relação à inadequação da dicotomia chomskiana entre *competência* e *performance*. Hymes (1974) explora etnograficamente essa competência para chamar a atenção do quão abstrato é a noção de competência encontrada em Chomsky.

Hymes (1974) amplia a noção de competência lingüística, tal como foi primeiramente veiculada por Chomsky; ele não ignora o fato de que uma criança ou qualquer usuário da língua precise e faça uso da competência lingüística, mas enfatiza que, além e juntamente com essa competência, os falantes precisam fazer uso das sentenças gramaticais de forma apropriada, de acordo com os ouvintes, os lugares e os momentos – enfim, de acordo com as especificidades situacionais nas quais eles se encontram. A competência lingüística, então, deve ser vista como pertencente a uma unidade maior, na qual os conhecimentos lingüístico, social e cultural estejam inextricavelmente associados. Essa competência, assim como a lingüística, é adquirida pela criança; ela poderia, na verdade, ser vista como um instinto de sobrevivência, já que os usuários têm e precisam ter essa habilidade de conduzir seus discursos de acordo com a situação na qual eles estão envolvidos. A principal crítica relacionada ao ponto de vista chomskiano diz respeito à omissão da habilidade do falante em adequar seu discurso:

Linguistic theory treats of competence in terms of the child's acquisition of the ability to produce, understand and discriminate any and all of the grammatical sentences of a language. A child from whom any and all of the grammatical sentences of a language might come with equal likelihood would be, of course, a social monster. Within the social matrix in which it acquires a system of grammar, a child acquires also a system of its use, regarding persons, places, purposes, other modes of communication, etc. – all the components of communicative events, together with attitudes and beliefs regarding them. They also develop patterns of the sequential use of language in conversation, address, standard routines, and the like. In such acquisition resides the child's sociolinguistic competence (or, more broadly, communicative competence), its ability to participate in its society as not only a speaking, but also a communicating member (HYMES, 1974, p. 75).

A idéia de Hymes em acrescentar a competência comunicativa à lingüística seria com o propósito de enfatizar a importância da adequação discursiva na sociedade. Esta segunda competência, a comunicativa, foi desenvolvida para melhorar, “polir” a habilidade do falante ou, mais provavelmente, dar um aspecto mais real ao falante-ouvinte ideal. Ambas as competências, juntas, são o reflexo de um usuário de língua bem sucedido, um falante inserido numa comunidade real de fala, com suas influências culturais e sociais.¹

Essa necessidade de obter um quadro mais amplo dos falantes, considerando os aspectos sociais na análise material do discurso, ganha relevância com o esforço de estudantes e professores universitários, vindos de diferentes áreas do conhecimento, que fixam o termo *Sociolingüística* e estabelecem seu objeto de estudo: a diversidade lingüística. A Sociolingüística entra em cena, então, em 1964, em um congresso realizado na Universidade da Califórnia (UCLA), e é caracterizada como uma disciplina essencialmente interdisciplinar, unindo profissionais e levantando questionamentos relacionados a diferentes áreas do conhecimento humano, tais como à Antropologia, à Psicologia, à Sociologia e, obviamente, à Lingüística. Vários estudiosos que, posteriormente, se tornaram respeitáveis referências na tradição dos estudos relativos à língua e à sociedade participaram deste congresso: John Gumperz, William Labov e o próprio Dell Hymes foram os principais nomes responsáveis pela consolidação deste campo de estudo, largamente conhecido e estudado atualmente (CALVET, 2002).

¹ É claro que uma crítica ao trabalho de Chomsky, precisamente neste ponto de sua teoria, não é acurada, tendo em vista que estudar a língua e sua relação com a sociedade nunca foi o seu propósito – Chomsky trabalhou com as propriedades universais da linguagem, um conjunto de princípios que seriam comuns a todas línguas humanas. Todas as suas pesquisas relacionadas às sintaxes de diferentes línguas o fizeram acreditar na existência de um mecanismo em nosso cérebro, geneticamente programado, que nos permite produzir e entender uma quantidade infinita de diferentes sentenças. Esse sistema lingüístico (um sistema inato para adquirir uma determinada língua), advoga Chomsky, é autônomo, separado na nossa arquitetura cerebral. O líder do empreendimento gerativo foi um teórico, sem propósitos de realizar pesquisas empíricas – essa foi a razão pela qual ele optou por lidar com falantes e ouvintes ideais em uma comunidade lingüística homogênea, utilizando o método hipotético/dedutivo.

Provavelmente, muito em função desta interdisciplinaridade, a sociolinguística tem se mostrado como uma disciplina de difícil delimitação, pois requer práticas e diálogos com várias áreas do conhecimento; para levantar questões e reflexões com outros pontos de vista, há a necessidade premente de se considerar a condição humana no ato discursivo e no respectivo contexto social.

A complexidade do discurso humano em seu contexto social foi estudada por Dell Hymes através da Etnografia da Comunicação. Esta técnica demonstrou, através do estudo qualitativo de várias sociedades, que a maioria das situações testemunhadas é aquela em que os membros de uma determinada sociedade têm uma série de diferentes estilos, dialetos e até diferentes línguas, com as quais eles geralmente jogam, trocando e alternando variantes de acordo com os objetivos e intenções de um determinado momento.

Sociedade, então, tem um importante papel influenciador da prática linguística. O sociólogo francês, Pierre Bourdieu (1990, *apud* CALVET, 2002), defende que a língua é também um sinal exterior de riqueza. Traçando um paralelo entre economia e linguística, Bourdieu correlaciona o mercado econômico com o linguístico: palavras como *produtos, valores, trocas, capitais e estratégias* podem ser associadas à prática linguística. Ferruccio Rossi-Landi (1968, *apud* CALVET, 2002, p.108) aponta que “uma comunidade linguística se mostra como um tipo de enorme mercado, no qual palavras, expressões e mensagens circulam como mercadorias”.

Assim como enfatizou Dell Hymes, os falantes dispõem de uma variada gama de variantes que serão utilizadas de acordo com os propósitos de cada usuário² (caso contrário, seríamos considerados *social monsters*). Bourdieu (1990, *apud* CALVET, 2002), na mesma linha argumentativa, enfatiza o fato de que quanto mais variantes conhecermos (capital linguístico), mais estaremos livres para aplicar no mercado, usando estratégias de condescendência (“estamos em casa” ou “não nos conhecemos muito bem”), derivadas da manipulação:

Speech is not only a message, destined to be decoded; it is also a product we give to others' appreciation, and which value will be defined in the relation with other (rarer or more common) products. The linguistic market effect is present even in the most common trades of everyday-living. (...) Communication instrument, language is also an exterior sign of richness (BOURDIEU, 1990 *apud* CALVET, 2002, p. 106).

² Neste trabalho, não consideraremos variações de gênero, idade ou classe social. Nosso foco centra-se nas possíveis variações linguísticas de estilo em relação às duas diferentes situações comunicativas analisadas: Diálogos entre Informante e Documentador (situação semi-formal) e Elocuções Formais (situação formal).

Com isso em vista, podemos dizer que determinados itens léxicos, dependendo de sua atualização discursiva, são capazes de expressar uma maior ‘riqueza’ lingüística. Como já apontado na parte introdutória deste trabalho, consideramos que os nomes deverbais, por serem mais complexos tanto em nível estrutural quanto semântico, são mais prováveis de ocorrência em níveis mais formais de comunicação, nos quais a distância entre os interlocutores é maior, licenciando o uso de estruturas mais marcadas morfológicamente. Além disso, é importante termos em mente que é através do uso de nomes deverbais que teremos a constituição de um contexto mais formal de fala, já que existem questões importantes a serem levadas em conta, tais como o conteúdo do evento de fala, os propósitos comunicativos e, certamente, a preocupação do falante em relação ao seu papel social em determinado contexto conversacional.

Neste primeiro capítulo, fizemos uma breve explanação acerca dos principais postulados e expoentes da Gramática Funcional e da Sociolingüística, com ênfase no conceito de competência comunicativa, tendo em vista que alicerçaremos a análise dos dados nesses postulados, pois eles colocam em cena a dinamicidade do contexto conversacional ao entender que a língua funciona como um multissistema. No próximo capítulo, trataremos mais detalhadamente do nosso objeto de investigação: os nomes deverbais.

2 OS NOMES DEVERBAIS

Um dos principais processos de formação de palavras no português é o processo derivacional de sufixação, o qual ocorre por meio da anexação de afixos à direita da base com fins de renovação lexical, tanto prosódica quanto categorialmente. Rocha (2003, p.97) afirma que a sufixação é “sem dúvida alguma, o processo de formação de palavras mais rico e diversificado da língua portuguesa, sendo, conseqüentemente, o mais acionado pelos falantes.”

Neste trabalho, analisaremos unidades léxicas conhecidas como “nomes deverbais”. Essas unidades se originam do processo de nominalização a partir de verbos decorrente da sufixação, como se observa abaixo:

[alterar]_V → [alteração]_N

Ao anexarmos o sufixo /-ção/ no verbo *alterar*, temos evidente a mudança categorial operada na base através do já mencionado sufixo: do verbo passamos ao nome substantivo. De acordo com Rocha (2003, p.126), poderíamos entender o produto da transformação, ou o nome deverbal, como o ‘ato, efeito, processo ou estado de X’ (no qual X = verbo).

Basílio (2006, p.39) afirma que a formação de substantivos a partir de verbos apresenta três motivações principais: as motivações semântica, gramatical e textual. A primeira diz respeito ao uso das noções veiculadas pelo verbo fora da situação de predicação em uma determinada frase, o que proporciona a condição ideal para a designação genérica de eventos e demais noções verbais, o que nos possibilita falar do evento verbal sem a especificação do seu tempo ou de seu agente. A motivação gramatical diz respeito ao uso do verbo em estruturas que, em termos sintáticos, exigem um substantivo; como exemplo disso, temos as nominalizações em expressões com verbo suporte: *declarar* → *fazer uma declaração*. Já a motivação textual é a mais pertinente nas colocações deste trabalho, pois diz respeito à função de anáfora que o substantivo derivado de um verbo pode assumir, para fazer referência a uma estrutura verbal já previamente utilizada no texto. Segundo Basílio (2006):

A utilização de formas nominalizadas para substituir frases predicadas por verbos é essencial na construção do texto escrito, na medida em que permite representar de modo unificado e através de uma única palavra toda uma proposição [...] (BASÍLIO, 2006, p. 41).

A literatura lingüística aponta para o fato de que os nomes deverbais são bastante utilizados, na língua escrita, na função de anáfora. Através de nosso *corpus*, foi possível verificar que os nomes deverbais, com essa função, também fazem parte da construção dos textos falados, sendo bastante utilizados neste tipo de texto. Com isso, a nominalização é de extrema importância para a continuidade do tópico na construção de textos, como já mencionado no capítulo anterior, na subseção 1.2.

De acordo com Rocha (2003), os nomes formados a partir de verbos podem designar: um indivíduo ou um objeto que é o agente de uma ação, como em *pescador* e *alvejante*, formados, respectivamente, pelos sufixos /-(d)or/ e /-nte/; um produto que indica o lugar onde se realiza a ação expressa pelo verbo, como em *bebedouro* e *dormitório*, formados, respectivamente, pelos sufixos /-(d)ouros/ e /-(t)ório/; ou, ainda, podem corresponder a um substantivo abstrato com o sentido de ‘ato, efeito, ação ou estado de X’: são esses últimos os substantivos que analisaremos neste trabalho, pois são esses que de fato mantêm a estrutura argumental dos verbos que lhes são correspondentes. No que diz respeito a eles, temos como exemplos os vocábulos *declaração*, *desenvolvimento*, *saída*, *preferência* e *lavagem*, os quais correspondem, respectivamente, aos sufixos /-ção/, /-mento/, /-ida/, /-ncia/ e /-agem/. Há, também, as formações por derivação regressiva, ou morfema zero, que são bastante freqüentes, tais como *criticar* → *crítica*, *gritar* → *grito*. No entanto, como aponta Basílio (2006, p.44), essas formações são difíceis de determinar como nomes deverbais, pois o processo pode ser inverso, ou seja, podemos ter verbos formados a partir de nomes e não o contrário:

[...] é patente a dificuldade de se determinar a direcionalidade do processo, na medida em que ambas as formas *grito* e *crítica* poderiam ser consideradas ou substantivos básicos de que os verbos derivaram ou substantivos formados por derivação regressiva a partir dos verbos correspondentes (BASÍLIO, 2004, p. 44).

Com isso em vista, neste trabalho não trataremos da derivação regressiva, até para que possamos melhor analisar como os falantes estão atualizando os sufixos que formam nomes deverbais, tendo em vista que as nominalizações, ao veicularem idéias abstratas, são indícios de uma fala mais culta e formal, justamente por ser um fenômeno mais complexo tanto em nível estrutural, quanto em nível semântico, pois é morfologicamente marcado.

Conforme Basílio (2006, p.42-43), as estruturas mais produtivas para a formação de verbos por sufixação de fato são aquelas correspondentes às adições dos sufixos /-ção/, /-mento/, /-ida/ (ou /-ada/ se o verbo pertencer à 1ª conjugação) e /-agem/, sendo que o primeiro sufixo é o mais produtivo, seguido pelo segundo. Uma das motivações para a

produtividade deles em detrimento dos outros é o fato de eles serem semanticamente vazios, já que /-ida/ e /-agem/ apresentam especificações semânticas capazes de restringir as possibilidades de combinações com diferentes bases ou radicais: /-ida/ (ou /-ada/) é um sufixo que, via de regra, constitui nominalizações de verbos de movimento e /-agem/ opera com bases verbais correspondentes a verbos de ação concreta. No que tange à maior produtividade de /-ção/ em relação ao sufixo /-mento/, uma das razões apontadas por Basílio (2006, p.44) diz respeito ao fato de novas formações de verbos em /-izar/ forcem a escolha do sufixo /-ção/, o que constitui uma significativa fonte de bases que alimenta a frequência do uso desse sufixo.

Os nomes assim formados modificam as propriedades de subcategorização inerentes aos verbos dos quais derivam. Vejamos as diferenças nas formalizações argumentais:

[ALGUÉM] alterar [ALGO] → alteração [de ALGO] [por ALGUÉM]

Vemos que, tanto o verbo *alterar* quanto seu nome correspondente *alteração* são biargumentais nestes exemplos. No entanto, as valências morfossintáticas de um e de outro são diversas: se o preenchimento das casas argumentais, no que tange ao verbo, se dá através de um argumento externo (especificador do verbo) e de um interno (complemento do verbo) representados por categorias nominais, os argumentos externo e interno do nome deverbal, em uma análise formal, seriam veiculados por dois sintagmas preposicionados. No entanto, é importante salientar, segundo Camacho (2007, p.1) que:

Conforme o predicado verbal ganha estatuto nominal, as marcações tipicamente oracionais dão lugar a outros mecanismos, como marcação argumental por preposição, modificação por adjetivo, uso de pronomes possessivos, que acompanham apropriadamente um núcleo nominal.

Através de nossos dados, podemos perceber que os argumentos que compõem a estrutura de um nome deverbal são de difícil enquadramento em uma expressão formalizada, do tipo “alteração [de ALGO] [por ALGUÉM]”. Não obstante, os nomes deverbais podem ter seus argumentos expressos por anáfora zero na estrutura interna do sintagma, ou apresentar modificações através do uso de pronomes possessivos e de adjetivos.

Nomes deverbais, segundo Basílio (1980, p.80), podem ter uma interpretação nominal e uma interpretação verbal dependendo do contexto no qual se encontram. Como exemplos, ainda conforme Basílio, teríamos:

1. O presidente encerrará o simpósio às 9 horas.
2. O encerramento do simpósio provocará acúmulo de serviço na secretaria. (sentido verbal)
3. Eu só chegarei no simpósio para o encerramento. (sentido nominal)

Conforme a autora, podemos perceber que, quando os nomes deverbais são atualizados no discurso com sentido verbal, ocorre a manutenção de seus argumentos. Quando o que acontece é o uso de deverbais em sentido nominal, ocorre o apagamento de seus complementos, já que uma das características desses nomes é veicular uma designação genérica de eventos e demais noções verbais, o que, como já ressaltado previamente, nos possibilita falar do evento verbal sem a especificação do seu tempo, de seu agente e até de seus argumentos. Camacho (2007) considera que esses itens não são nem nomes, nem verbos prototípicos, defendendo a hipótese de que, quanto mais eles preservarem a estrutura argumental, mais próximos eles estarão da referência a um estado de coisas e, portanto, mais distantes da nominalidade prototípica.

A nominalização, pois, é um processo gradual, que envolve tanto a aquisição de propriedades nominais como a perda de propriedades verbais: ao mesmo tempo em que temos a presença de determinantes e modificadores nesses nomes, juntamente com a possibilidade de flexões tipicamente nominais, temos também a perda de informações de tempo, aspecto e modo, características importantes na especificação morfológica da classe verbal de palavras. No entanto, apesar dessas mudanças graduais, temos uma similitude entre nomes deverbais e seus verbos correspondentes no que atine à preservação dos argumentos; segundo Malchukov (2004, *apud* CAMACHO, 2007, p.9):

[...] a nominalização só perde a condição de referência a um estado de coisas quando se transforma realmente num nome de primeira ordem. As categorias mais externas e respectivas camadas são mais prontamente afetadas pelas operações transcategoriais do que as mais internas. Desse modo, a valência é, na visão do autor, a camada semanticamente mais próxima do lexema verbal e, portanto, mais preservada que as demais categorias.

Acerca do modo como a valência se reflete na estrutura argumental dos deverbais, Camacho ressalta:

Como um tipo derivado de nome, os deverbais podem ser mono, bi e trivalentes, na mesma medida em que são os verbos que lhe dão origem [...]. Entretanto, essa interpretação de valência não é destituída de controvérsia justamente porque a

organização sintática de um nome deverbal raramente expressa todos os constituintes de sua estrutura argumental (CAMACHO, 2007, p.2).

Em muitos casos, os argumentos potenciais são desprovidos de expressão formal, o que pode vir a confirmar a hipótese de Basílio (1989, *apud* CAMACHO, 2007) de que a estrutura argumental é obrigatória nos verbos e opcional nos nomes. No entanto, juntamente com Camacho, defendemos neste trabalho a hipótese alternativa de que os nomes deverbais preservam a estrutura verbal do predicado correspondente, pois, em determinados contextos de ocorrência, há razões funcionais para considerar que os argumentos podem estar expressos por anáfora zero, retomando termos presentes ou não na oração matriz, os quais se configuram como argumentos do nome. No exemplo “*Eu só chegarei no simpósio para o encerramento*”, o nome deverbal ‘encerramento’ foi visto por Basílio (1980) como tendo uma interpretação nominal, já que não há argumentos expressos dentro deste sintagma nominal protagonizado pelo núcleo deverbal; neste trabalho, analogamente à análise de Camacho (2007), interpretaremos esse nome, neste contexto, como um exemplo de preservação da estrutura argumental do verbo que é a ele correspondente (‘encerrar’), já que temos uma anáfora zero que retoma o argumento ‘o simpósio’ presente anteriormente na oração.

Com isso, apesar de a valência potencial de um nome poder ser expressa no interior do núcleo nominal, é possível considerar como argumentos reais alguns tipos de termos não manifestos expressos por anáfora zero e por *repetição por zero*³, que podem ser recuperados no contexto imediatamente anterior ou imediatamente seguinte. Quando os complementos são apagados da estrutura do núcleo nominal pelo fato de eles participarem da oração matriz, estando eles presentes na estrutura que antecede o nome deverbal ou estando eles no contexto imediatamente seguinte – mediante o uso de uma oração relativa, por exemplo –, temos uma motivação semântica para a não representação argumental dentro do sintagma nominal. Vejamos os exemplos:

1. “...[eles] enchem as carroças com pão e faziam a **distribuição** [***por eles**] [***de pão**]...” DID - p.63
2. “em complementação à primeira **observação** [***por mim**] que eu fiz...” DID - p.54

³ Camacho (2007) classifica como “anáfora zero” os argumentos não expressos no núcleo nominal, mas presentes tanto na matriz sentencial quanto no contexto conversacional. Neste trabalho, optamos por chamar “repetição por zero” os casos específicos em que a não expressão argumental na estrutura lexical do nome deverbal se dá por motivação semântica, como no exemplo 1, através de um verbo suporte e seu respectivo especificador, por entendermos que a expressão “anáfora zero” deve ser reservada aos casos pronominais, onde temos “pronomes zero”.

Através desses exemplos, vemos que há uma motivação semântica para que os argumentos não estejam presentes na estrutura do núcleo nominal: eles são recuperados, em 1, no contexto precedente e por isso a justificativa funcional da repetição por zero. Os argumentos, então, não foram simplesmente apagados, apenas não fazem parte da estrutura do nominal, pois estão no contexto imediatamente anterior. No caso de 2, temos a expressão do argumento externo através de uma oração relativa; a inserção, neste caso, de um termo na forma e na posição argumental tornaria a construção inaceitável gramaticalmente. Nestes dois casos, temos uma motivação semântica para a não-presença dos argumentos na estrutura do nominal, mas esses argumentos são facilmente recuperados no contexto imediatamente anterior ou imediatamente seguinte ao do nome deverbal, não havendo, portanto, a possibilidade de defender um empobrecimento argumental desses nominais nessa situação. O que acontece, como aponta Camacho, é que não temos a expressão dos constituintes da estrutura argumental dos nomes deverbais em sua organização sintática, pois há diferentes arranjos sintáticos através dos quais os argumentos são inseridos. Em nossa análise da valência dos nomes deverbais, levaremos em conta essa motivação semântica dos constituintes e as diferentes formas de expressão argumental; com isso em vista, essas diferentes formas de expressão argumental, como as destacadas nos exemplos 1 e 2, foram consideradas neste trabalho.

Há, conforme Camacho (2007), um tipo de zero anafórico, aquele que representa termos que recuperam alguma entidade dada, já mencionada no texto anteriormente, não presente na oração matriz; essa anáfora zero teria motivações pragmáticas. Como exemplo de nosso *corpus*, temos:

1. “porque não há essa *mensuração* então uma das causas...” DID - p.54

Nesse caso, como o tópico da conversação é a quantidade de advogados graduados na cidade de Porto Alegre, a situação comunicativa autoriza o apagamento. No entanto, esse apagamento é uma *escolha do falante*, pois ele poderia muito bem retomá-los na estrutura do nominal, como em:

- 1.a “porque não há essa **mensuração [de advogados] [por parte do governo]** então uma das causas...”

Com o acréscimo do argumento interno e externo, respectivamente, a frase não ficaria agramatical, diferentemente do que acontece nas frases que apresentam repetição por zero com motivação semântica.

Tanto na motivação semântica quanto na pragmática, temos a atuação de um importante princípio funcional, qual seja o princípio da economia, que apresenta tendência para o mínimo esforço e uma pressão para a simplificação máxima da expressão:

A economia sintagmática é a tendência para reduzir o complemento ou a complexidade do enunciado, de modo que as expressões mais freqüentes no uso tendem a reduzir-se fonologicamente e a informação redundante ou recuperável no contexto comunicativo tende a ser omitida (CAMACHO, 2007, p.6).

Com isso em vista, defendemos neste trabalho o fato de que a não presença dos argumentos na estrutura do nominal apresenta duas motivações: a semântica e a pragmática. Consideraremos, então, a idéia de *apagamento* apenas nos nomes deverbais que apresentarem motivação pragmática, tendo em vista a possibilidade de retomada dos mesmos pelos falantes, sem que o enunciado se torne agramatical. Em relação às nossas duas instâncias discursivas, nosso objetivo de análise em termos comparativos se centrará em contextos que apresentem apagamentos com motivações pragmáticas. Ao considerarmos como realização argumental alguns tipos expressos por anáfora zero e repetição por zero, que podem ser recuperados no contexto imediatamente anterior ou imediatamente seguinte e não apenas os argumentos expressos no interior do núcleo nominal, é provável que não tenhamos diferenças significativas de realização argumental em uma e em outra instância discursiva. Se nossa análise levasse em conta apenas os elementos no interior do núcleo nominal, ou seja, apenas os argumentos presentes no sintagma nominal encabeçado pelo nome deverbal, poderíamos ter diferenças mais substanciais entre os Diálogos entre Informante e Documentador e as Elocuções Formais, já que a estruturação sintática seria mais complexa e, talvez, mais utilizada em instâncias de fala mais formais e planejadas.

2.1 Estudos sobre nomes deverbais na Gramática do Português Falado

No terceiro volume da Gramática do Português Falado, organizado por Ataliba Castilho, no capítulo concernente à Morfologia, Margarida Basílio propõe uma linha de trabalho descritivo com base na distinção entre condições de produtividade e condições de produção.

O termo **condições de produtividade** (Basílio, 2002, p.368) se refere com propriedade às especificações e restrições que RFPs (Regras de Formação de Palavras) estabelecem sobre as bases com que podem operar. Uma regra X é produtiva com tipos de

bases determinados em termos categoriais, sintáticos, semânticos, morfológicos e fonológicos. O conceito de produtividade deve ser entendido, pois, tão somente como a possibilidade que uma regra tem de operar sobre bases especificadas para produzir construções morfológicamente possíveis. Assim, a produtividade relativa a uma regra depende do maior ou menor teor de generalidade na especificação de bases possíveis.

Já as **condições de produção** (Basílio, 2002, p.369) dependem de fatores de ordem paradigmática, discursiva e sociocultural. Devemos distinguir diferentes tipos de condições de produção: por um lado, existem condições lexicais paradigmáticas, determinadas pela existência de regras em competição; por outro, há o tipo de discurso utilizado, que permitirá ou estimulará certos tipos de formação, enquanto enfraquecendo e até mesmo interditando outros.

Em relação às condições de produtividade, as combinações dos elementos são especificadas por regras, sendo, então, possíveis ou impossíveis na estrutura linguística, não havendo espaço para gradação. No que tange às condições de produção, temos a probabilidade de ocorrência de certas construções morfológicas e de frequência de aplicação de certas regras, o que torna possível uma análise de gradação. Em discursos científicos, podemos esperar um alto índice de ocorrência de formas nominalizadas, em oposição à língua coloquial, por exemplo, mas esse fato não interfere na possibilidade de ocorrência de nominalizações na instância coloquial de fala (Basílio, 2002).

De acordo com isso, temos claro que um ponto importante das condições de produção é o tipo de discurso:

Um dos problemas que se colocam em relação ao tipo de discurso é a própria questão da produção morfológica como um todo. O discurso formal escrito apresenta exigências de estrutura textual e necessidades anafóricas que se configuram em grande parte em construções morfológicas, portanto ao mesmo tempo exigindo e permitindo um trabalho de arquitetura textual prévia. Assim, nesse tipo de discurso predominam construções morfológicas com função de mudança categorial. [...] Já o discurso falado coloquial dialogado utiliza outro tipo de instrumento, a construção interativa; e não permite, em geral, a elaboração meditada, o que certamente prejudica a frequência de operações de construção lexical, mormente as de função de mudança categorial (BASÍLIO, 2002, p. 370).

Com isso em vista, fica claro que não temos uma diferença em termos de produtividade/possibilidade de processos lexicais entre uma gramática do português falado e uma gramática do português escrito: o que temos são diferentes probabilidades de ocorrência de determinadas estruturas morfológicas em uma e em outra instância. No entanto, como muito convenientemente ressalta Basílio (2002), às vezes há maior relevância em falar de

oposições outras que não apenas a escrita/falada, como, por exemplo, a oposição de nosso *corpus*: monólogo/diálogo ou, mais especificamente, Elocuções Formais / Diálogos entre Informante e Documentador. Já que as condições morfológicas de produtividade já são conhecidas, cabe, então, levantar hipóteses e estabelecer como e em que condições de produção os nomes deverbais operam no discurso falado.

Lea Gamarski (2002, p. 373) demonstra que dados levantados com base em textos do Nurc apontam que os processos de nominalização se apresentam categorialmente bastante simplificados. A análise de estruturas nominalizadas permitiu verificar que, na passagem para situações de maior formalismo situacional, maior objetividade e distanciamento entre os falantes está também implicada uma produção progressiva não só de estruturas nominalizadas, como também de sintagmas nominais (SNs) que ocupam as posições de argumento vinculadas ao nome verbal.

Da esquerda para a direita, temos uma progressão crescente de formalidade implicada nas diferentes instâncias discursivas do Projeto Nurc:

D2 (diálogo entre dois informantes)⁴ → DID (diálogo entre informante e documentador) →
EF (elocuições formais)

Segundo Gamarski (2002, p. 373-374), em uma descrição formal, a relação entre as estruturas sintática e semântica dos nominais é formalmente previsível, mas verifica-se que, nas situações de uso da língua, a estruturação sintática dos nominais, no que diz respeito à sua atualização na frase, varia por fatores complexos: o tipo de verbo nominalizado, a extensão dos elementos que preenchem cada função semântica, questões de extensão de significado lexical e de formalidade do discurso.

Através do *corpus* mínimo estabelecido pelo Projeto Gramática do Português Falado⁵, Gamarski demonstrou que os dados confirmaram a hipótese inicial de que o fenômeno da nominalização se realiza, em nível de discurso, diferentemente de sua representação em nível de língua, já que se apresenta categorialmente mais simplificado. Segundo a autora, este fenômeno não tem, no nível do discurso informal, a mesma expressão argumental do discurso

⁴ Como já apontado no primeiro capítulo deste trabalho, os Diálogos entre dois Informantes é a instância discursiva menos formal do Projeto Nurc, na qual os diálogos ocorrem em diferentes situações e tratam de diversos temas. Essa instância de fala, por razões de recorte de corpus, não será abordada neste trabalho.

⁵ *Corpus* mínimo: 15 textos de inquéritos recolhidos pelas equipes do projeto NURC, divididos em três categorias – D2, DID, EF. Para cada uma dessas categorias, há cinco textos, um de cada capital brasileira em que o projeto se estabeleceu: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador

formal: as condições de *produção* (Basílio, 2002) estão diretamente relacionadas a contextos situacionais específicos. No que diz respeito às EFs, vemos que houve, no estudo de Gamarski, uma frequência mais alta não só de nominalizações em geral, mas também de estruturas nominalizadas com uma posição de argumento preenchida: percebeu-se que o fenômeno da nominalização, pois, ganha relevância no texto à medida que o discurso se impessoaliza e se torna mais objetivo e formal. Entre D2 e DID, verificou-se uma diferença pouco significativa nos casos de preenchimento de SNs e frequência de nominalização. Esses resultados da análise evidenciaram que a nominalização se mostra, especialmente na língua falada, uma construção privilegiada para a elipse dos elementos que constituem sua estrutura lexical.

Ela [a nominalização] deve ser vista, no seu funcionamento, como um mecanismo de coesão através do qual se manifestam os vínculos entre elementos do texto, de modo que fatos como preservação ou omissão de argumentos sejam analisados segundo relações não-lineares que se estabelece entre os diferentes enunciados e que permitem recuperar esses argumentos, omitidos na estrutura nominalizada, mas explícitos ou implícitos no co-texto ou contexto, reconstruindo a coerência e a coesão do texto (GAMARSKI, 2002, p. 82).

Como neste trabalho não nos deteremos na análise apenas dos termos que constituem a estrutura lexical do nominal, ou seja, dos elementos presentes no interior do núcleo do nome deverbal, como a realizada por Gamarski, é provável que não teremos, em nossos resultados, um grande índice de elipses, mesmo em nossa instância discursiva menos formal, qual seja os Diálogos entre Informante e Documentador, já que levaremos em conta também os argumentos presentes na matriz sentencial. Ressaltamos, novamente com Camacho, que os nomes deverbais preservam a estrutura argumental do predicado verbal correspondente, apesar de sua organização sintática raramente expressar todos os constituintes de sua estrutura argumental.

2.2 A Teoria da Valência de Francisco Borba

O modelo teórico adotado para a análise dos nomes deverbais neste trabalho centra-se na Teoria da Valência (BORBA, 1996). Esta teoria fornece um referencial analítico para a descrição das relações de dependência que se estabelecem entre categorias que ocorrem em um contexto linguístico. Este modelo é muito conveniente para verificarmos as propriedades sintáticas e semânticas dos itens lexicais isoladamente e das construções sintagmáticas que eles podem originar.

A razão para a escolha de núcleos deverbais é devido ao fato de que uma gramática de valências toma como nuclear um elemento oracional, qual seja preferencialmente o verbo, para demonstrar como os demais se dispõem em torno dele através de relações de dependência. O verbo é um dos elementos semanticamente mais incompleto que temos em nosso léxico e, também, mais determinante, pois é ao redor dele que outras categorias de palavras irão se dispor e estabelecer relações de interdependência.

Alguns itens lexicais da língua têm valor absoluto (do tipo *pedra*, *tamanduá*) e são semanticamente auto-suficientes, sem necessidade alguma de vinculação. Já os itens lexicais que apresentam um valor relativo são semanticamente incompletos, tendo de se ligar necessariamente a outros para se realizarem de forma plena; o exemplo mais prototípico de itens lexicais incompletos semanticamente seriam os verbos. Ao nominalizarmos um verbo, ainda se mantém essa noção de incompletude no nome que é dele correspondente, ou seja, que passa pelo processo de nominalização deverbal.

O verbo *dar* com o sentido de presentear, por exemplo, necessita de um sujeito agente e de dois complementos: um expresso por nome concreto e outro, beneficiário, expresso por nome animado; para que o significado deste verbo seja plenamente atualizado no discurso, estes argumentos são imprescindíveis. É importante salientarmos que uma gramática de valências só atinge algumas classes lexicais – nomes, verbos, adjetivos e alguns advérbios – apresentando-se como uma visão global e sistêmica da sintaxe e da semântica dessas classes.

A dimensão sintática abrange não apenas os níveis das relações de dependência como ainda o tipo de condicionamento que identifica as condições de coocorrência no preenchimento das casas vazias por determinadas classes morfológicas. A dimensão semântica compreende o estudo das funções semânticas (ou papéis temáticos).

As primeiras idéias sobre valência se devem a Tesnière, que é quem parte do verbo como núcleo oracional, tomando-o como uma espécie de pólo imantado, capaz de atrair um número mais ou menos elevado de actantes, comportando um número variável de pontos de atração capazes de manter esses actantes sob a sua dependência. O número de pontos (=casas vazias) que tem um verbo, e, conseqüentemente, o número de actantes que ele pode reger, é que constitui sua valência, que vem a ser, portanto, uma rede de dependências contraídas pelos actantes com relação ao verbo (BORBA, 1996).

Borba dá ao termo “valência” uma conceituação mais genérica: propriedade que tem uma classe de elementos de poder ligar-se com classes específicas de outros elementos, sendo que esta mesma propriedade faz com que esta classe se distinga de outras de mesmo nível sintagmático. Isso amplia o sentido da expressão ‘gramática de valências’, abrangendo

também o regime dos nomes, dos adjetivos e de alguns advérbios. Neste trabalho, trabalharemos com nomes deverbais como núcleos, todos semanticamente dependentes de outros elementos.

Borba propõe que o termo valência deve ser utilizado em três níveis: valência lógica, valência morfossintática e valência semântica. A primeira diz respeito ao nível mais geral e abstrato, que remete ao número de argumentos que um predicado pode ter; deste ponto de vista, um item lexical pode ser avalente ou monovalente, bivalente, trivalente ou, até, tetravalente. Em se tratando da valência morfossintática, temos a caracterização dos actantes, o preenchimento das casas vazias por determinadas classes com determinadas propriedades morfológicas; este nível trata das propriedades e funções sintáticas, das classes e das propriedades morfossintáticas dos itens que preenchem os argumentos (N, Prep + N, etc.). Já a valência semântica é deduzida da observação das regularidades ou compatibilidades das unidades que operam nas sequências; diz respeito às características categoriais ([+animado], [+comum]), às funções temáticas (agente, experienciador, tema) e às restrições seletivas que determinam quais classes de itens coocorrem ou se excluem com outras classes de itens.

Na língua comum, por exemplo, o lexema *sensação*, na valência lógica, é biargumental – P (A) + (A); na valência morfossintática, o preenchimento da casa se dá com dois sintagmas preposicionados – P + A (= Sprep.) + A (= Sprep.); já na valência semântica, o primeiro argumento (A) está marcado semanticamente com o traço [-animado] e, o segundo, com o traço [+animado]; com isso em vista, uma possível exemplificação seria: *sensação [de euforia] [pela pessoa]*; Entretanto, em nosso *corpus* da língua comum falada, o núcleo verbal parece apresentar propriedades valenciais diversificadas, por exemplo: no excerto “*depois... sente-se uma **sensação de rubor** no rosto... o sangue... devido ao aumento ao aumento da pressão... nessa região torna mais... ativa né? então dá essa **sensação**... depois vem a famosa tremedeira que o pessoal fala vulgarmente...*”, temos os nomes deverbais argumentalmente empobrecidos ao cotejarmos as ocorrências encontradas com a matriz valencial proposta por Borba.

É importante atentarmos para o fato de que os nomes, formados a partir de verbos, modificam as propriedades de subcategorização inerentes a esses verbos dos quais foram derivados. Se a ligação entre os argumentos externo (especificador) e interno (complemento) com um determinado verbo é forte, ela não se manterá na relação que um nome verbal estabelece com seus argumentos, tendo em vista a necessidade de inserção de preposições para encabeçar seus argumentos. No entanto, Borba (1996, p.49) enfatiza que a simples subcategorização não basta para determinar como se dá a dinâmica das relações lexicais,

porque os traços de substância léxica são opacos e só se tornam transparentes quando se especificam pela combinação com outros.

Conforme Borba, nas sentenças, há, pelo menos, três posições hierárquicas: 1- Sujeito; 2- Complemento e 3- outros constituintes (adnominais, circunstanciais, instrumentais). Ao alçarmos um determinado constituinte, ou seja, ao passarmos um componente de uma função mais baixa na hierarquia para uma função mais alta, temos a possibilidade de apagamentos, já que a possibilidade de recuperação da informação veiculada pelo elemento omitido é regulada. Quando alçamos um instrumento para a posição de sujeito, por exemplo, normalmente o sujeito primitivo é apagado, pois é pressuposta a idéia de que alguém usou determinado instrumento para realizar a ação. Este apagamento não depende somente de questões contextuais e situacionais, mas também da própria natureza sintática e semântica do componente a ser suprimido. Certos verbos, por exemplo, selecionam itens lexicais bem determinados para complemento e, por isso, facilmente identificáveis: isso quer dizer que o grau de informação veiculada pela frase não se altera com a presença/ausência desse tipo de complemento (Borba, 1996, p. 54).

Em relação aos nossos dados, isso se faz relevante principalmente com vistas ao argumento externo, que normalmente já está sendo veiculado através de um verbo semanticamente neutro, tendo como argumento o nome deverbal (*eu tenho a sensação*). Ademais, o processo de apassivação do sujeito é sintaticamente mais complexo, com implicações semânticas de rebaixamento da idéia de agentividade, então o apagamento desse argumento na estrutura nominal, geralmente, é previsto na própria constituição sentencial que apresenta nomes provindos de verbos. Esse caso se encaixa na classificação da motivação semântica feita por Camacho e explicitada aqui na subseção anterior:

1. Eu tenho a sensação [***por mim**].
2. A minha organização [***por mim**].

Nestes exemplos, fica clara a agramaticalidade das sentenças ao inserirmos o argumento externo na posição considerada prototípica para o preenchimento argumental. A razão dessa agramaticalidade encontra respaldo no fato de que os respectivos argumentos externos estão sendo veiculados na sentença em contexto imediatamente anterior ao da ocorrência do nome deverbal, através de um verbo suporte⁶ (*ter*) com seu especificador e,

⁶ Verbo suporte: verbo que sofreu um esvaziamento lexical, sendo que o núcleo de significado do predicado (complexo) está na expressão nominal, situada à direita do verbo.

também, através do pronome possessivo – a expressão de possuidor típica dos nomes comuns sendo utilizada para a expressão argumental. Como Camacho (2007, p.1), defendemos novamente a idéia já apontada nesse capítulo (mas que, mais uma vez, se faz pertinente ressaltar):

Conforme o predicado verbal ganha estatuto nominal, as marcações tipicamente oracionais dão lugar a outros mecanismos, como marcação argumental por preposição, modificação por adjetivo, uso de pronomes possessivos, que acompanham apropriadamente um núcleo nominal.

A caracterização da valência morfossintática dos nomes deverbais atualizados no discurso, então, é extremamente complexa, não podendo ser reduzida a construções formais prototípicas como ‘a sensação [de algo] [por alguém]’. Apesar de haver formações deste tipo, essas são raras e, podemos dizer, características de textos mais formais, principalmente os escritos, nos quais temos a possibilidade de um planejamento de estruturação sintático/semântica muito maior.

Neste capítulo, vimos que um dos principais processos de formação de palavras no português é o processo derivacional de sufixação, no qual temos a anexação de afixos à direita da base com fins de renovação lexical, tanto prosódica quanto categorialmente; e é esse o processo responsável pela formação de nosso objeto de estudo, os nomes deverbais. Em seguida, abordamos o estudo de Camacho (2007), que defende a idéia da preservação argumental dos nomes deverbais de acordo com os verbos que lhes são correspondentes; ainda com este autor, constatamos que motivações semânticas e pragmáticas explicam o fato de a organização sintática de um nome deverbal raramente expressar todos os constituintes em sua estrutura argumental. Tratamos, também, das condições de produção e produtividade desses nomes, com base nos estudos de Basílio e Gamarski presentes na Gramática do Português Falado. Ao final do capítulo, nosso referencial teórico – a Teoria da Valência, de Borba – foi apresentado, levando em conta que nos respaldaremos nessa teoria para a análise valencial de nossos dados.

No próximo capítulo, apresentaremos nossos procedimentos metodológicos para a seleção, recolha e análise dos nomes deverbais presentes em nosso *corpus*, juntamente com a forma de classificação dos dados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A motivação deste trabalho, como já explicado na introdução, surgiu através de uma pesquisa anterior, na qual foram analisadas as valências (os números de argumentos) de núcleos deverbais de sintagmas terminológicos (STs) provenientes do léxico da Análise Organoléptica (AO). Os núcleos deverbais analisados apresentaram propriedades valenciais diversas, pois esses nomes, ao se constituírem termos de determinada área do conhecimento, acabam por sofrer um congelamento semântico e adquirem um sentido especializado através do entrincheiramento sintático. Com isso em vista, passamos a nos perguntar o que acontece com essas mesmas unidades lingüísticas em outro ambiente de comunicação, que não fosse o especializado, mas sim o de uso comum, em situações de efetiva atualização da língua falada.

As nossas principais questões de pesquisa, neste trabalho, são as seguintes: os nomes deverbais, atualizados na conversação, também apresentam alterações valenciais (assim como os núcleos deverbais de um léxico especializado)? Se sim, qual seria, na língua falada, a principal razão para a ocorrência dessas alterações? A formalidade situacional é capaz de interferir em nossas escolhas lingüísticas, no que diz respeito ao uso de nomes deverbais? Como isso se reflete em termos de número de ocorrências dos mesmos e em relação à manutenção de seus argumentos?

3.1 Restrições para recolha e seleção dos dados

Antes de tratarmos dos nossos procedimentos metodológicos propriamente ditos, vamos deixar claras algumas restrições que tivemos que tomar em relação ao *corpus* e suas respectivas razões, para que não apresentássemos incongruências em nossas análises: a primeira restrição diz respeito à exclusão de nomes deverbais por derivação regressiva e a segunda diz respeito à exclusão de nomes deverbais que obtiveram uma recategorização na língua, configurando-se como nomes prototípicos e perdendo sua estrutura argumental.

Como já explicitado no capítulo 2, não trataremos de nomes deverbais provenientes de derivação regressiva, ou morfema zero, pois, como aponta Basílio (2004, p.44), essas formações são difíceis de determinar como nomes deverbais, porque

[...] é patente a dificuldade de se determinar a direcionalidade do processo, na medida em que ambas as formas grito e crítica poderiam ser consideradas ou substantivos básicos de que os verbos derivaram ou substantivos formados por derivação regressiva a partir dos verbos correspondentes (BASÍLIO, 2006, p. 44).

Além disso, tencionamos verificar – de forma breve e não extensiva, já que não é nosso objetivo principal – a forma como os falantes estão atualizando os sufixos que formam nomes deverbais, tendo em vista que as nominalizações, ao veicularem idéias abstratas, são indícios de uma fala mais culta e formal, justamente por ser um fenômeno mais complexo tanto em nível estrutural, quanto em nível semântico.

Em relação à nossa segunda restrição, se faz importante, neste capítulo, atentarmos para o fato de que verbos e nomes tendem a perder algumas das propriedades morfossintáticas associadas respectivamente com suas funções primárias de relatar eventos e referir-se a termos (Camacho, 2007). Com isso em vista:

[...] quanto maior o grau de ajuste de um nome deverbal à expressão formal de um termo de primeira ordem [nomes], tanto mais próximo é seu significado de “entidade” e, portanto, mais próximo da ‘nominalidade’ prototípica, e, vice-versa, quanto mais ele preserva a estrutura argumental do verbo original, tanto mais próximo está da ‘verbalidade’ prototípica. (CAMACHO, 2007, p.4).

O autor afirma que há uma situação em que nomes deverbais podem se assimilar completamente à categoria nominal, situação na qual os nomes não referem mais a um estado de coisas, mas ao resultado de estados de coisas de ação, como nos exemplos:

1. Aquela **construção** do alto da colina é muito sólida. (CAMACHO, 2007)
2. A **construção** da casa demorou dois anos. (CAMACHO, 2007)

No exemplo 1, o nome destacado deriva do verbo *construir*, mas não é provido de estrutura argumental, já que não se refere a um estado de coisas e sim a um resultado desse estado. Já no exemplo 2, esse mesmo nome deverbal apresenta uma estrutura argumental e pode ser parafraseado por ‘o ato de construir a casa’. Podemos ter no léxico, então, duas entradas que são homônimas: uma é o ato de X [+V, +N]; a outra expressa o resultado desse ato [-V, +N]:

a) construir [+V, -N] → construção₁ [+V, +N] → construção₂ [-V, +N]

De acordo com Camacho, o que acontece com o termo referido por construção₂ no esquema em *a* é que, além de ter passado pelo processo de descategorização de um lexema verbal, ele recategorizou-se como um termo referente à entidade dos nomes de primeira classe, ou seja, referente aos nomes prototípicos. Já o termo construção₁ apenas sofre o processo de descategorização, perdendo algumas características verbais, mas preservando a

estrutura argumental do predicado verbal correspondente, pois, segundo Malchukov (2004, *apud* CAMACHO, 2007, p.9) já referido no capítulo 2 deste trabalho:

[...] a nominalização só perde a condição de referência a um estado de coisas quando se transforma realmente num nome de primeira ordem. As categorias mais externas e respectivas camadas são mais prontamente afetadas pelas operações transcategoriais do que as mais internas. Desse modo, a valência é, na visão do autor, a camada semanticamente mais próxima do lexema verbal e, portanto, mais preservada que as demais categorias.

Com essas questões e razões em vista, não analisaremos, neste trabalho, nomes deverbais com morfema zero, ou seja, aqueles que passaram pelo processo de derivação regressiva e, também, não analisaremos os nomes deverbais que passaram por um processo de recategorização (além do processo típico de descategorização), tendo em vista que um nome deverbal que apresenta simplesmente o ‘resultado de um determinado estado’ não tem estrutura argumental, impossibilitando nossa análise através de uma teoria da valência.

Dito isso, passemos à explicitação de nossos procedimentos metodológicos.

3.2 Organização dos dados

O *corpus* da presente pesquisa constitui-se de nomes deverbais recolhidos de cinco textos de transcrições referentes aos Diálogos entre Informante e Documentador do Projeto Nurc/RS (DID/121, DID/008, DID/009, DID/045 e DID 048) e de cinco textos referentes às Elocuções Formais do mesmo projeto (EF/271, EF/312, EF247, EF/289, EF299), registrados em Hilgert (1997 e 2007, respectivamente).

A metodologia de nosso trabalho consistiu na leitura atenta dos cinco textos de cada instância discursiva do Nurc, especificados no parágrafo anterior, com vistas à extração dos nomes deverbais e de seus contextos de ocorrência. A confirmação desses itens como nomes deverbais foi feita através de um dicionário online de nomes deverbais, intitulado *Portal da Língua Portuguesa*, um repositório organizado de recursos lingüísticos, o qual faz parte do ILTEC – Instituto de Línguística Teórica e Computacional. Os itens confirmados como nomes deverbais foram classificados, primeiramente, de acordo com a valência de seu verbo correspondente – mono-, bi- e trivalente. Depois disso, as ocorrências foram classificadas, dentro do âmbito da valência possível do nome deverbal, em função da presença ou do apagamento dos argumentos externo e interno(s).

É importante deixarmos claro que consideramos a presença de alterações valenciais apenas quando os argumentos dos nomes deverbais não foram passíveis de recuperação na oração matriz, o que consideramos uma motivação pragmática para o apagamento e não semântica, de acordo com Camacho (2007) e como explicitado no capítulo anterior. Procedemos dessa forma na análise para que nossos resultados não corresponderem erroneamente à realidade da atualização lingüística, com a idéia de que nomes deverbais atualizados no discurso se apresentam valencialmente empobrecidos por não apresentarem seus argumentos na sua esperada estrutura nominal. O que ocorre, de fato, é uma diferente estruturação sintática desses argumentos na oração, e essa diferente estruturação não implica apagamento, mas a presença de repetição por zero na posição argumental vista como prototipicamente passível de preenchimento.

Vejamos os exemplos:

1. “a **aplicação** pelos estados e municípios do chamado Fundo de Participação...” EF - p.114
2. “de quanto em quanto tempo o senhor faz uma **revisão** no seu carro?” DID - p.70
3. “...eu não vou chegar tarde numa audiência em que haja a **exclusão** por não obediência ao horário...” DID - p.68

De acordo com esses exemplos, vemos que em 1 temos o preenchimento argumental prototípico do nome deverbal: ‘a aplicação [por alguém] [de alguma coisa]’ - apesar de que o que acontece com maior frequência, neste caso, seria o argumento interno na posição mais próxima ao nome deverbal, e não o contrário. Em 1, temos, além da manutenção do número de argumentos correspondentes ao verbo de que provem o nome, uma estruturação prototípica dos mesmos. Já em 2 temos, da mesma forma, a manutenção dos argumentos, já que *revisar* necessita de um argumento externo e de outro interno: “alguém revisa algo”; a estruturação prototípica dos argumentos seria a seguinte: “a revisão de algo por alguém”. No entanto, neste caso, temos a presença do verbo suporte *fazer* com seu respectivo sujeito, sendo que este sujeito se configura como o argumento externo do nome deverbal, impossibilitando a construção “o senhor faz uma revisão [*pelo senhor] no seu carro”, já que a motivação para o apagamento é semântica, gerando uma repetição por zero na estrutura argumental do nome. Neste exemplo, a questão semântica está vinculada ao fato de que a presença do verbo-suporte acaba por neutralizar o processo morfológico, pois o nome deverbal participa de uma estrutura predicativa, assim a função referencial esperada no sintagma nominal acaba por se neutralizar pela predicação. Tanto no exemplo 1 quanto no exemplo 2, temos a presença dos

argumentos do nome deverbal, a diferença é que em 1 esses argumentos se fazem presentes na estrutura interna do sintagma encabeçado e em 2 temos uma repetição por zero em relação ao argumento externo, recuperável na sentença através do sujeito do verbo suporte. Esses dois exemplos, portanto, são classificados como ‘nomes verbais bivalentes que mantiveram seus argumentos’. Já no exemplo 3 o mesmo não acontece. Não recuperamos na sentença os argumentos de ‘exclusão’. Fica claro que esses argumentos são recuperados no texto precedente e que a situação comunicativa autoriza o apagamento, mas o falante poderia optar por retomá-los na estrutura do nominal, como já exemplificado no capítulo anterior. Neste caso, apesar de entendermos que os argumentos apagáveis são passíveis de recuperação no texto precedente, no contexto conversacional, classificaremos este caso como ‘nome verbal bivalente que não manteve seus argumentos’, já que a motivação para o apagamento foi pragmática, e não semântica.

Nossa hipótese inicial é a de que os nomes verbais em situação de uso da língua comum possivelmente apresentam alterações valenciais, seja nos Diálogos entre Informante e Documentador, seja nas Elocuções Formais, pois, como vimos no início do capítulo 2, o processo de nominalização altera as propriedades de subcategorização da base. Como Gamarski (2002), acreditamos que a nominalização atualizada no discurso privilegia a elipse de alguns dos elementos da estrutura argumental. No entanto, pensamos que não haverá diferenças significativas entre os Diálogos entre Informante e Documentador e as Elocuções Formais no que diz respeito à preservação dos argumentos dos nomes verbais, tendo em vista que consideraremos diferentes formas de manutenção argumental, que não apenas aquela presente no sintagma nominal.

Tendo em mente, então, que consideramos apenas como *perda argumental* os casos em que os argumentos dos nomes verbais apresentaram anáfora zero por motivação pragmática, ou seja, os casos em que os argumentos eram passíveis de menção na estrutura do núcleo nominal, fica claro que o apagamento na estrutura do nominal por motivação semântica não será comparado, neste trabalho, com as estruturas em que os argumentos se mostraram presentes prototipicamente nessa estrutura, pois, em termos de valência, não teremos diferenças. No entanto, podemos inferir que a segunda estrutura, ou seja, aquela na qual existe a expressão da valência juntamente com o núcleo nominal seja mais possível de ser encontrada nas Elocuções Formais. Como comparação, trazemos novamente os seguintes exemplos:

1. “a *aplicação* pelos estados e municípios do chamado Fundo de Participação...” EF

2. “de quanto em quanto tempo o senhor faz uma *revisão* no seu carro?” DID - p.70

Em 1, temos um exemplo de um excerto de fala das Elocuções Formais: os argumentos do núcleo nominal estão presentes no interior do sintagma, o que não acontece no excerto 2, correspondente aos Diálogos entre Informante e Documentador, no qual temos uma repetição por zero de argumento externo motivada semanticamente. Ambas as estruturas argumentais são mantidas, mas a forma através da qual essa manutenção se dá pode variar de acordo com as situações comunicativas em que o falante se insere. Com isso em vista, podemos dizer que diferentes estruturas linguísticas existem, então, tendo em vista a necessidade de cumprir determinadas funções na sociedade (Castilho, 2010). No entanto, se faz relevante explicitar que analisar as formas pelas quais a manutenção argumental se realiza não é o objetivo do nosso trabalho, mas antes verificar apenas a manutenção ou não desses argumentos, estejam eles presentes no interior do núcleo nominal ou não, com a ausência sendo motivada semanticamente. Com isso em vista, a consideração da influência da formalidade situacional na atualização de nomes deverbais diria respeito mais diretamente ao número de nominalizações apenas, e não à manutenção argumental dessas nominalizações.

Neste trabalho, então, nossos objetivos são:

- a) **Analisar** nomes deverbais encontrados em textos de transcrições referentes aos Diálogos entre Informante e Documentador (Elocuções Semiformais) do Projeto Nurc/RS e, também, os nomes deverbais encontrados em textos de transcrições referentes às Elocuções Formais do mesmo projeto, registrados em Hilgert (1997 e 2007, respectivamente);
- b) **Comparar** estes nomes deverbais presentes em diferentes instâncias discursivas da língua comum para verificar o número de ocorrências de nominalizações e a preservação ou não de seus argumentos em cada instância de uso da língua.

3.3 Apresentação da classificação dos dados

Os nomes deverbais foram classificados, como já explicitado, de acordo com a valência de seu verbo correspondente – mono-, bi- e trivalente. Depois disso, as ocorrências foram organizadas, dentro do âmbito da valência possível do nome deverbal, em função da presença ou do apagamento dos argumentos externo e interno(s). Obtivemos um total de 350

nomes deverbais e, ainda, houve casos de nominais que não foram analisados, porque o contexto não permitiu a atestação do processo morfológico.

Vejamos, agora, a sistematização de algumas das ocorrências encontradas nos **Diálogos entre Informante e Documentador (DID)**⁷, instância discursiva que apresentou a totalidade de 110 nominalizações deverbais.

CARACTERIZAÇÃO VALENCIAL	NOMES MONOVALENTES - EXEMPLO
+ Presença do Argumento	“...e aumentar em outras carreiras em função da inexistência de <u>profissionais em número suficiente...</u> ” p.50
- Presença do Argumento	“não há problema de funcionamento agora...” p.62

Quadro 1: DID: Caracterização Valencial – Nomes Monovalentes

CARACTERIZAÇÃO VALENCIAL	NOMES BIVALENTES - EXEMPLO
+ Presença dos Argumentos +Argumento Externo e Interno	“[eu] tive a sensação de estar naquela pedra ali...” p.130
+Argumento Externo	“sendo nosso irmão perante Deus... deveria ter uma assistência ou <u>pelo órgão do governo</u> que trata desse tipo de deformidade ou uma clínica que trate só de pessoas deformadas...” p.92
+ Argumento Interno	“sente-se uma sensação de <u>rubor</u> no rosto...” p.80
- Presença do Argumento	“porque não há essa mensuração então uma das causas...” p.54

Quadro 2: DID: Caracterização Valencial – Nomes Bivalentes

CARACTERIZAÇÃO VALENCIAL	NOMES TRIVALENTES - EXEMPLO
+ Presença dos Argumentos +Presença dos Argumentos Externo e Internos (2)	Nenhuma ocorrência.
+Presença dos Argumentos Externo e Interno (1)	“mas não não que <u>eu</u> tivesse uma preferência anteriormente <u>pelo rádio tudo...</u> ” p.23
+Presença do Argumento Externo	“... <u>eu</u> não tenho preferência assim porque eu gosto mais entende...” p.26
+Presença dos Argumentos Internos (2)	“...inclusive a colocação dos produtos <u>em supermercados...</u> ” p.63
+Presença do Argumento Interno (1)	“problemas de colocação dos formados...” p. 54
- Presença dos Argumentos	Nenhuma ocorrência.

Quadro 3: DID: Caracterização Valencial – Nomes Trivalentes

⁷ O nome deverbal analisado está em negrito e seus argumentos estão sublinhados. Por vezes, teremos nomes deverbais em determinado contexto que não estão em negrito: isso se deve ao fato de o nome deverbal não partilhar das propriedades valenciais daqueles em negrito no excerto; este nome está analisado devidamente na seção que se referir às suas propriedades valenciais. Nesta seção, apresentamos algumas ocorrências como exemplos da classificação desses nomes. A apresentação e classificação de todas as ocorrências de nosso *corpus* estão presentes no anexo deste trabalho.

Agora, passemos à sistematização de algumas das ocorrências encontradas nas **Elocuções Formais (EF)**, instância discursiva que apresentou a totalidade de 240 nominalizações deverbais:

CARACTERIZAÇÃO VALENCIAL	NOMES MONOVALENTES - EXEMPLO
+ Presença do Argumento	“a diminuição da proteína... ” p.150
-Presença do Argumento	“lá a circulação é muito mais lenta e permite...” p.136

Quadro 4: EF: Caracterização Valencial – Nomes Monovalentes

CARACTERIZAÇÃO VALENCIAL	NOMES BIVALENTES - EXEMPLO
+ Presença dos Argumentos +Argumento Externo e Interno	“para a nossa complementação... das aulas... seguintes...” p.87
+Argumento Externo	“...de acordo com os conhecimentos que nós já temos... ” p.90
+ Argumento Interno	“que vêm a ser a interpretação das leis... ” p.87
-Presença do Argumento	“vimos as exemplificações... e vamos...” p.87

Quadro 5: EF: Caracterização Valencial – Nomes Bivalentes

CARACTERIZAÇÃO VALENCIAL	NOMES TRIVALENTES - EXEMPLO
+Presença dos Argumentos +Presença dos Argumentos Externo e Internos (2)	Nenhuma ocorrência.
+Presença dos Argumentos Externo e Interno (1)	Nenhuma ocorrência.
+Presença do Argumento Externo	Nenhuma ocorrência.
+Presença dos Argumentos Internos (2)	“onde há formação de proteínas e colocação dentro da circulação... ” p.138
+Presença do Argumento Interno (1)	“...se dá absoluta preferência a pessoas a líderes políticos que tiveram...” p.119
-Presença dos Argumentos	“dentre as várias recomendações... uma aqui é particularmente interessante...” p.120

Quadro 6: EF: Caracterização Valencial: Nomes Trivalentes

Neste capítulo, apresentamos algumas das nossas restrições em relação à recolha de dados. Posteriormente, explicitamos a organização dos dados de acordo com a valência dos nomes e a classificação dos mesmos levando em conta a presença ou o apagamento dos argumentos externo e interno(s). No capítulo seguinte, procederemos à análise desses dados.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Através das informações demonstradas no capítulo anterior, já foi possível perceber a diferença de número de ocorrências de nomes deverbais entre as duas instâncias discursivas do projeto Nurc. Nos Diálogos entre Informante e Documentador, foram encontrados 110 nomes deverbais e, nas Elocuções Formais, 240, ou seja, tivemos mais que o dobro de nomes deverbais na instância discursiva considerada mais formal, como havíamos previsto no início deste trabalho. De acordo com os nossos números, então, temos claro uma maior formalidade situacional das Elocuções Formais pelo fato de seus locutores fazerem uso desse recurso lingüístico muito mais freqüentemente, já que as nominalizações podem ser vistas como um recurso para a construção da formalidade. Como os textos analisados dessa instância lingüística dizem respeito a aulas do ensino superior, corrobora-se a constatação de Basílio (2002) já referendada no capítulo 2, na qual a autora aponta que em discursos científicos podemos esperar um alto índice de ocorrência de formas nominalizadas, em oposição à língua coloquial, por exemplo.

No que diz respeito à preservação argumental desses nomes, vejamos separadamente as análises relativas aos nomes monovalentes, bivalentes e trivalentes, respectivamente.

Nomes Monovalentes

Nos **Diálogos entre Informante e Documentador**, a grande maioria dos nomes deverbais monovalentes mantiveram seu argumento. Vejamos como isso ocorreu:

1. “... em face assim da da da **existência de uma hierarquia profissional...**” p.60
2. “...a **existência de repartidores...**” p.63
3. “de quanto é geralmente a **duração dos mandatos presidenciais?**” p.70
4. “como se percebe assim normalmente é.. é **corrimento de líquido lacrimal...**” p.83
5. “...bom primeira coisa é a **aceleração cardíaca...**”p.80

Na maioria dos casos, essa manutenção do argumento se deu através da preposição ‘de’ seguido de seu argumento. Também tivemos, como mostra o exemplo 5, o argumento na forma de um adjetivo, o que corrobora a constatação de Camacho (2007) já apresentada neste trabalho no capítulo 2, relativa aos vários mecanismos possíveis com que os nominais operam na manutenção de seus argumentos.

Nas **Elocuções Formais**, os nomes monovalentes também apresentaram as mesmas formas de manutenção do argumento, ou seja, marcação argumental por preposição e

modificação por adjetivo. No entanto, tivemos também casos de repetição por zero motivada semanticamente:

6. “os capilares têm uma **circulação** mais lenta do que os vasos...” p.136

Neste caso, consideramos a preservação do argumento através da repetição por zero no interior do sintagma nominal encabeçado pelo nome deverbal. Essa repetição faz referência ao sujeito ‘os capilares’ do verbo suporte ‘ter’ e o argumento, pois, é semanticamente compartilhado com o predicado da oração matriz. Temos, então, uma restrição semântica que impede a realização do argumento no interior do sintagma devido à presença do mesmo na oração matriz:

6.1 “os capilares têm uma **circulação** [***dos capilares**] mais lenta do que os vasos...” p.136

Nas Elocuções Formais, também tivemos casos de nomes monovalentes que não mantiveram seu argumento. Vejamos:

7. “...não houve processo de **coagulação**... nós insistimos no processo de **coagulação**...” p.99

8. é a **circulação** que se faz mal naquela região...” p.154

É claro que, nestes exemplos, mesmo estando fora de contexto, podemos inferir o argumento ausente – sangue – através do próprio nome deverbal. Como estamos, nestes excertos transcritos, em uma aula de Bioquímica, estamos nos aproximando, neste caso, do discurso especializado, no qual a perda dos argumentos é justificada pelo próprio contexto restrito de comunicação.

Vejamos agora os gráficos relativos aos nomes deverbais monovalentes presentes nos Diálogos entre Informante e Documentador e nas Elocuções Formais:

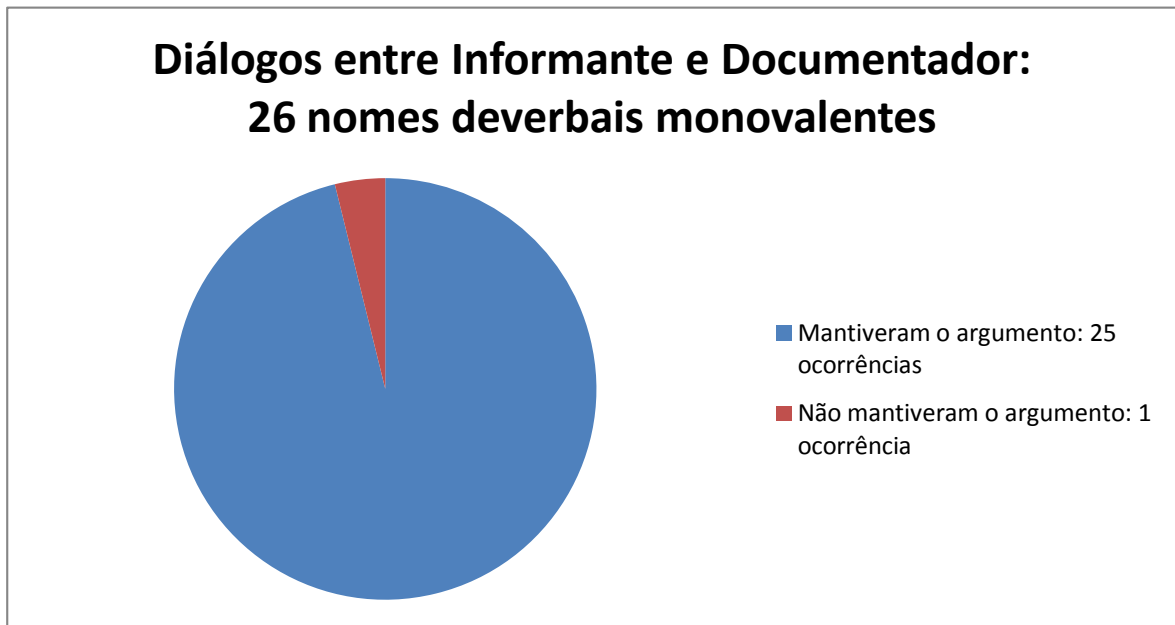


Gráfico 1: Nomes Monovalentes: Diálogos entre Informante e Documentador

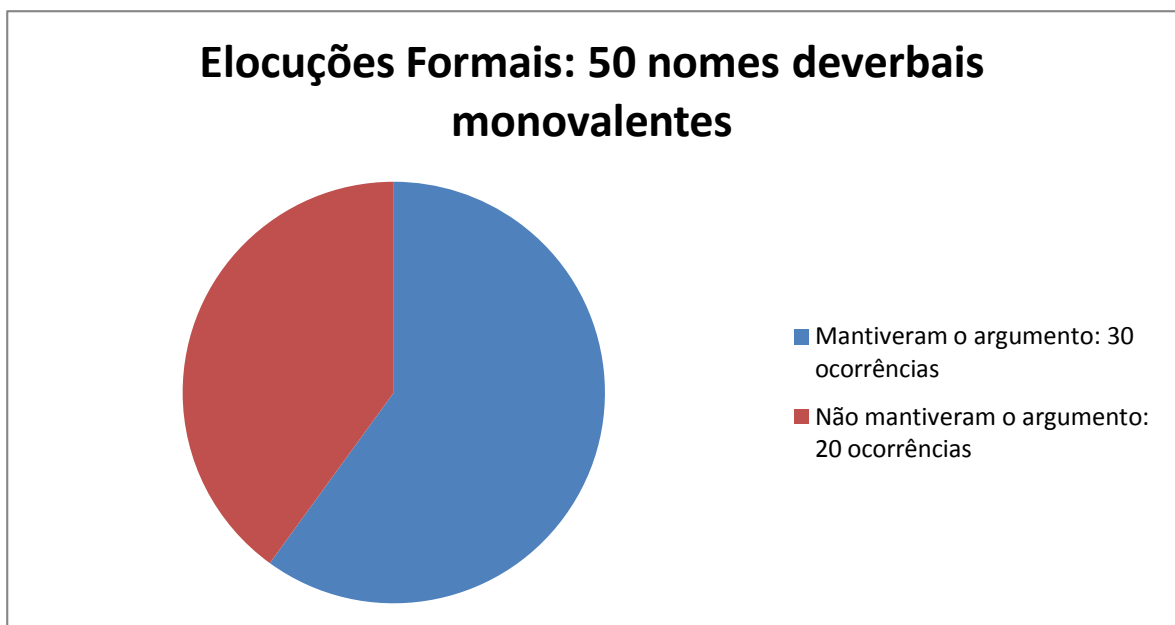


Gráfico 2: Nomes Monovalentes: Eloquções Formais

De acordo com os gráficos, fica clara a tendência para o preenchimento deste argumento nos nomes monovalentes, tanto nas entrevistas dos Diálogos entre Informante e Documentador, quanto nas aulas das Eloquções Formais. Poderíamos inferir, inicialmente, que a maior perda dos argumentos nas Eloquções Formais vai de encontro à hipótese de Gamarski (2002) de que os argumentos seriam mantidos em situações de fala mais formais. No entanto, o que contribui para a perda dos argumentos neste caso não é o maior ou menor

grau de formalidade situacional, mas antes o tipo de discurso proferido em aulas de faculdade, qual seja o discurso científico - o qual trata de um tipo de temática específica, que dirige os modos de dizer buscando a clareza, o rigor e a precisão. Nosso interesse aqui não se pauta na caracterização das situações comunicativas das Elocuções Formais; no entanto, é importante registrar o fato de que os nomes deverbais, ao serem utilizados por especialistas, sofrem uma restrição comunicativa, pois podem participar da constituição de sintagmas terminológicos, contribuindo para a designação de um conceito típico de uma área do conhecimento, que se atualiza em um ambiente especializado de comunicação (ABREU; BONA, 2010).

Passemos agora às análises de nomes deverbais bivalentes em ambas as instâncias discursivas do Projeto Nurc.

Nomes Bivalentes

Em relação à valência dos nomes bivalentes em uma e em outra instância, vemos, nos Diálogos entre Informante e Documentador, uma progressão numérica levemente crescente, que vai da manutenção de todos os argumentos até a perda dos mesmos: 13 (mantiveram os argumentos) → 18 (mantiveram apenas o externo) → 18 (mantiveram apenas o interno) → 22 (não mantiveram). É claro que os números não são substanciais, mas eles nos permitem verificar que a impossibilidade de planejamento da interação juntamente com o contexto conversacional licenciam a perda dos argumentos pragmaticamente. Já nas Elocuções Formais, a mesma progressão não acontece: 23 (mantiveram os argumentos) → 26 (mantiveram o argumento externo) → 91 (mantiveram o argumento interno) → 45 (não mantiveram os argumentos). Nesta instância discursiva, houve uma disparidade, se comparada à outra, em relação à manutenção do argumento interno e à não-manutenção. Há uma maior tendência de manutenção dos argumentos internos nessa instância de fala, o que, juntamente com o número de nominalizações, pode ser um indício de maior distanciamento entre os interlocutores, da maior possibilidade de planejamento discursivo e, também, do maior formalismo situacional. Em relação ao maior número de nomes deverbais que mantiveram o argumento interno em comparação com o externo, fica claro a relação mais próxima estabelecida entre o verbo e o seu argumento interno e, conseqüentemente, entre o nome deverbal e o mesmo.

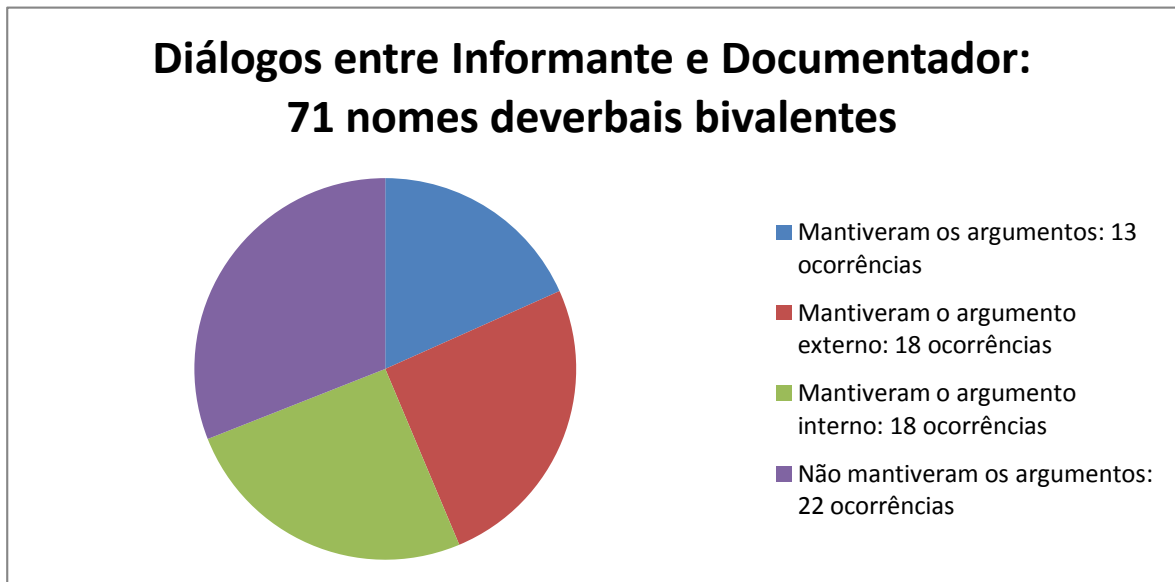


Gráfico 3: Nomes Bivalentes: Diálogos entre Informante e Documentador

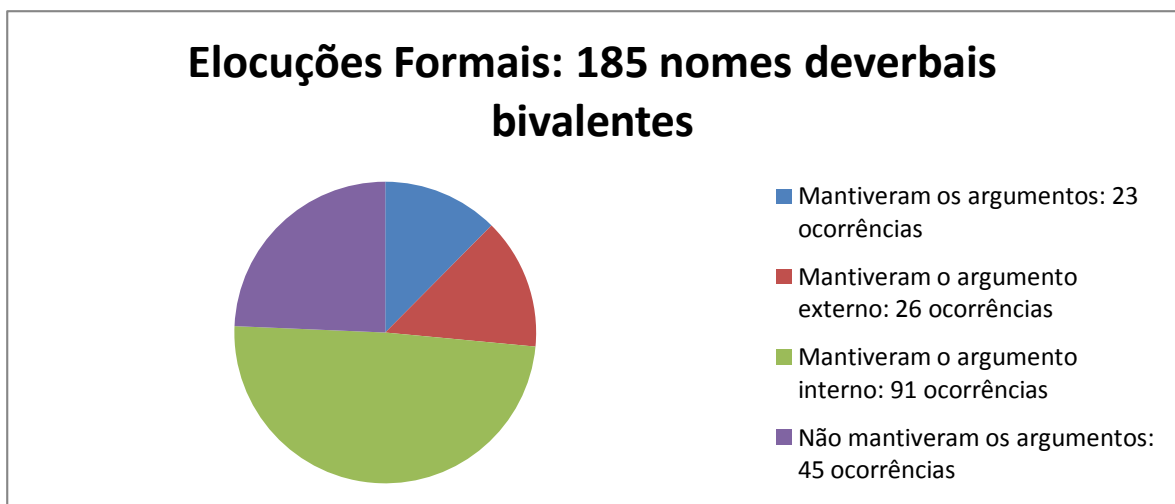


Gráfico 4: Nomes Bivalentes: Eloquções Formais

É importante salientarmos novamente que, quando falamos em ‘manutenção do argumento externo, interno ou ambos’, estamos levando em conta não apenas os argumentos presentes no núcleo nominal, mas também aqueles que fazem referência a argumentos reais presentes na matriz sentencial, que se manifestam, obrigatoriamente, por repetição por zero dentro do núcleo nominal por haver uma motivação semântica para tanto. Vejamos um exemplo:

1. “... [eu] não não tomo muito *conhecimento* deles assim...” DID - p.39

Este é um exemplo de nome deverbal que se encontra na classificação ‘manteve seus argumentos’, pois, apesar de apenas o argumento interno ‘deles’ estar presente no núcleo nominal, o argumento externo está expresso por repetição por zero obrigatoriamente, ou seja, por causa de uma motivação semântica, tendo em vista a presença do verbo suporte ‘tomar’ e seu sujeito oculto ‘eu’ na matriz sentencial. A presença do argumento externo no sintagma encabeçado pelo núcleo nominal tornaria a frase agramatical:

1.1 “... [eu] não não tomo muito conhecimento deles [***por mim**] assim...” DID - p.39

Por esse motivo, juntamente com Camacho, consideramos a manutenção de ambos os elementos desse nome deverbal bivalente: o argumento interno é expresso no sintagma nominal e o argumento externo é expresso por repetição por zero, devido a uma motivação semântica, já que essa repetição se refere ao sujeito oculto do verbo suporte ‘tomar’. A presença do verbo-suporte, em exemplos como esse, acaba por neutralizar o processo morfológico, já que o nome deverbal participa de uma estrutura predicativa.

Já no exemplo seguinte não temos a manutenção dos argumentos do nome deverbal, nem no núcleo nominal encabeçado por ele, nem através de uma anáfora zero motivada semanticamente, que pudesse referir a um termo presente na matriz sentencial:

2. “porque não há essa **mensuração** então uma das causas...” DID - p.54

Com isso em vista, podemos dizer, juntamente com Camacho (2007), que os argumentos do nome deverbal em 2 estão sendo expressos por anáfora zero, a qual é motivada pragmaticamente e, portanto, não é obrigatória. A presença tanto do argumento externo quanto do argumento interno no sintagma nominal do nome deverbal não tornaria a frase agramatical:

2.1 “porque não há essa **mensuração [dos profissionais] [pelo governo]** então uma das causas...” DID - p.54

As anáforas zero que se referem a ambos os argumentos são motivadas pragmaticamente. No contexto conversacional, certamente essas informações argumentais estão presentes e a supressão dos argumentos no núcleo nominal é uma escolha do falante, não uma restrição semântica: ao retomar uma idéia já anteriormente expressa, os argumentos do verbo nominalizado provavelmente já estão presentes no contexto conversacional e a não-realização dos mesmos é justificada em termos de relevância e economia comunicativas.

Passemos agora à demonstração de algumas das ocorrências de nomes bivalentes de nosso *corpus* e suas caracterizações. Começaremos pelos nomes deverbais que mantiveram seus argumentos, depois os que mantiveram o argumento interno, externo e os que não mantiveram, nessa ordem.

Mantiveram os argumentos:

1. “um pessoal que fazia a **distribuição** por exemplo de pão chamava...” DID - p.62
2. “você sabe as **denominações** infantis dos dedos da mão?” DID - p.92
3. “a **aplicação** pelos estados e municípios do chamado Fundo de Participação...” EF -p.114
4. “há sistemas destinados à **apreensão** ao **aproveitamento** do alimento à **decomposição** dele à **assimilação** depois **desassimilação** e **eliminação**... além disso à própria **locomção**...” EF - p.135

Pelos exemplos, podemos ver que há diferentes mecanismos através dos quais os argumentos se realizam. Em 1, temos o argumento interno no sintagma nominal encabeçado pela preposição ‘de’ e o argumento externo em repetição por zero no sintagma nominal, sendo expresso por ‘um pessoal’ – sujeito do verbo suporte ‘fazer’. Em 2 e em 3, os dois argumentos estão expressos no sintagma nominal: em 2 através de um adjetivo e de um sintagma preposicionado e em 3 por dois sintagmas preposicionados. Em 4 temos um caso interessante: os sete nomes deverbais apresentam os mesmos argumentos: ‘de alimento’ e a anáfora zero que se refere a ‘sistemas’. Essa relação está mais clara nos dois primeiros nomes deverbais; o terceiro pronominaliza o argumento interno e os demais não necessitam da explicitação desses argumentos novamente, tendo em vista a presença dos mesmos no segmento anterior.

Mantiveram o argumento interno:

5. “sem que a universidade possa ter uma **mensuração**... de por exemplo se no mercado de trabalho em Porto Alegre existem ah... advogados em número suficientes para atender a área...” DID - p.49
6. “como existe **discriminação** racial **discriminação** de credo de cor existe uma certa **discriminação** em termos de profissão também...” DID - p.60
7. “em primeiro lugar dá a **sensação** de peso...” EF - p.147
8. “...seria **alterações** do setor arteriolar...” EF - p.147

9. “nós temos a **comprovação** do que eu digo...” EF - p.146

Nestes exemplos temos a presença do argumento interno sendo expresso, também, através de diversas formas, como apontou Camacho (2007). Em 5, temos o argumento interno sendo encabeçado por uma preposição e seguido de uma oração condicional. Em 6, temos os argumentos sendo expressos ora por um sintagma adjetivo, ora por um sintagma preposicional. Em 7 e em 8, os argumentos estão sendo expressos por sintagmas preposicionados também, o que é, de fato, a forma prototípica de realização argumental. Em 9, temos o argumento encabeçado por preposição e seguido de uma oração relativa.

Mantiveram o argumento externo:

10. “a sua **organização**” DID - p.38
11. “em complementação à primeira **observação** que eu fiz” DID – p.54
12. “fenômenos da natureza que causem **destruição**... eu acho que são insignificantes...” p.138
13. “...de acordo com os **conhecimentos** que nós já temos...” EF - p.90
14. “segundo a **definição** que nós demos...” EF - p.95
15. “então nós fazemos uma **aspiração**...” EF - p.98
16. “por **definição** da doutora é representada pela atração que têm as proteínas sobre a água e portanto...” EF - p.138
17. “...ser alvo de nossas **considerações**... que são assuntos conhecidos...” EF - p.138
18. “é a **regulação** pelo rim” EF - p.139

O argumento externo varia bastante em relação à sua forma: temos a expressão do mesmo através do pronome possessivo (exemplos 10 e 17), também através de orações relativas (exemplos 11, 13 e 14), através de repetição por zero (como em 12 e 15) e, prototipicamente, através de sintagmas preposicionados (exemplos 16 e 18).

Não mantiveram os argumentos:

19. “e sobre o aproveitamento da rede hidrográfica o senhor acha... que é bem feito esse **aproveitamento**?” DID – P.133
20. “...a **aplicação** se compatibiliza com a **distribuição** feita...” EF - p.114

Nestes dois exemplos, temos a não manutenção dos argumentos, já que as anáforas zero são motivadas pragmaticamente. Em 19, temos evidente que o nome deverbal em negrito já é tópico da conversação, pois o primeiro nome deverbal ‘aplicação’ no enunciado manteve seu argumento interno e, quando a repetição do mesmo se fez necessária, seu argumento já estava no contexto. Em 20, o mesmo acontece: apesar de o enunciado não fazer muito sentido fora de contexto, o locutor certamente foi bem entendido, levando em conta a necessidade de relevância e economia comunicativas.

Passemos agora às análises de nomes deverbais trivalentes em ambas as instâncias discursivas do Projeto Nurc.

Nomes Trivalentes

Em comparação aos nomes mono- e bivalentes, os nomes trivalentes apresentaram poucas ocorrências. Como já havíamos previsto, não houve nenhum nome trivalente que manteve todos os seus argumentos (externo e dois internos), nem nos Diálogos entre Informante e Documentador, nem nas Elocuções Formais. Uma estrutura nominal ou uma matriz sentencial que opere com um nome deverbal com seus três argumentos é muito pouco funcional na língua, principalmente no âmbito falado, tendo em vista limitações de memória e possibilidades outras de manutenção argumental, assim como a anáfora zero motivada pragmaticamente. Por outro lado, tivemos somente uma ocorrência de nome trivalente que não manteve seus argumentos, o que evidencia a relevância de comunicar ao menos um deles na estrutura do nominal ou na matriz sentencial. Vejamos os gráficos relativos às análises:

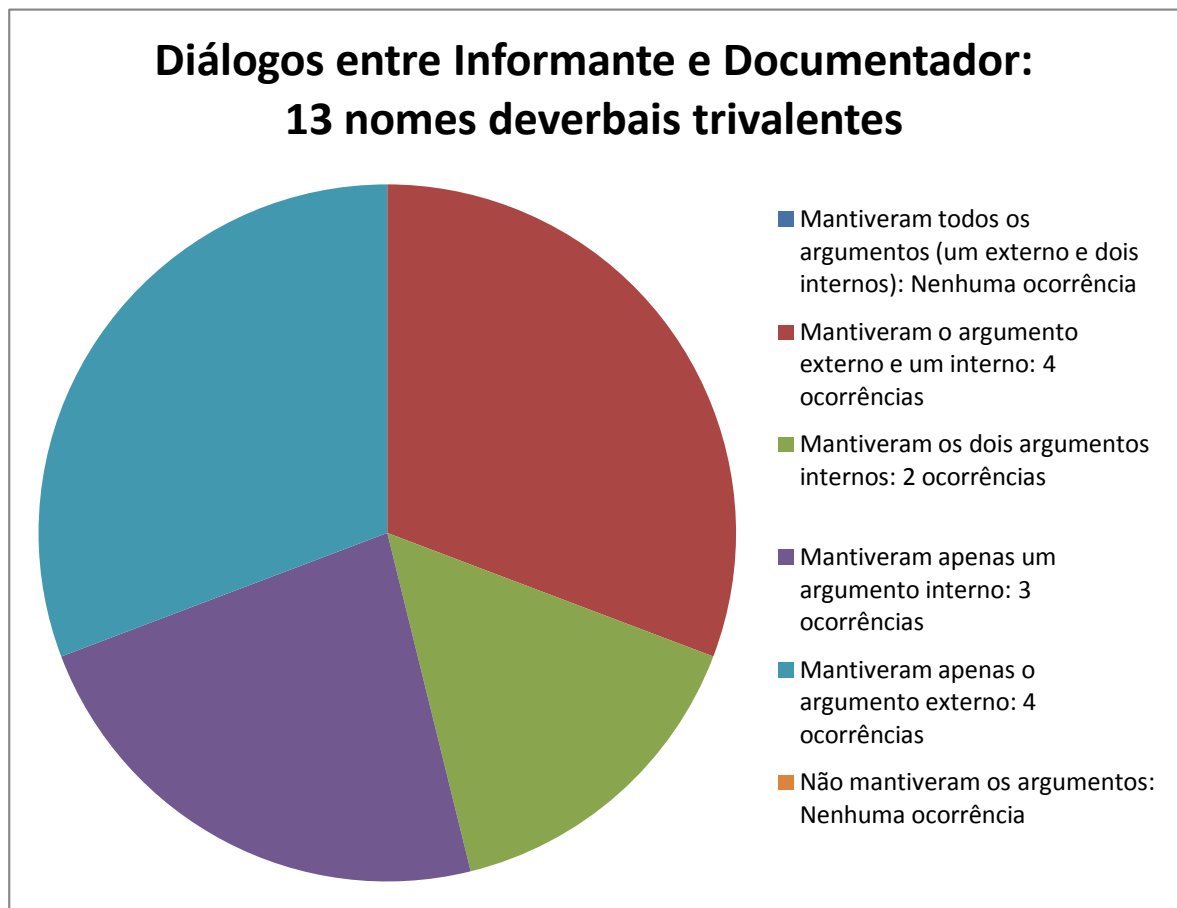


Gráfico 5: Nomes Trivalentes: Diálogos entre Informante e Documentador

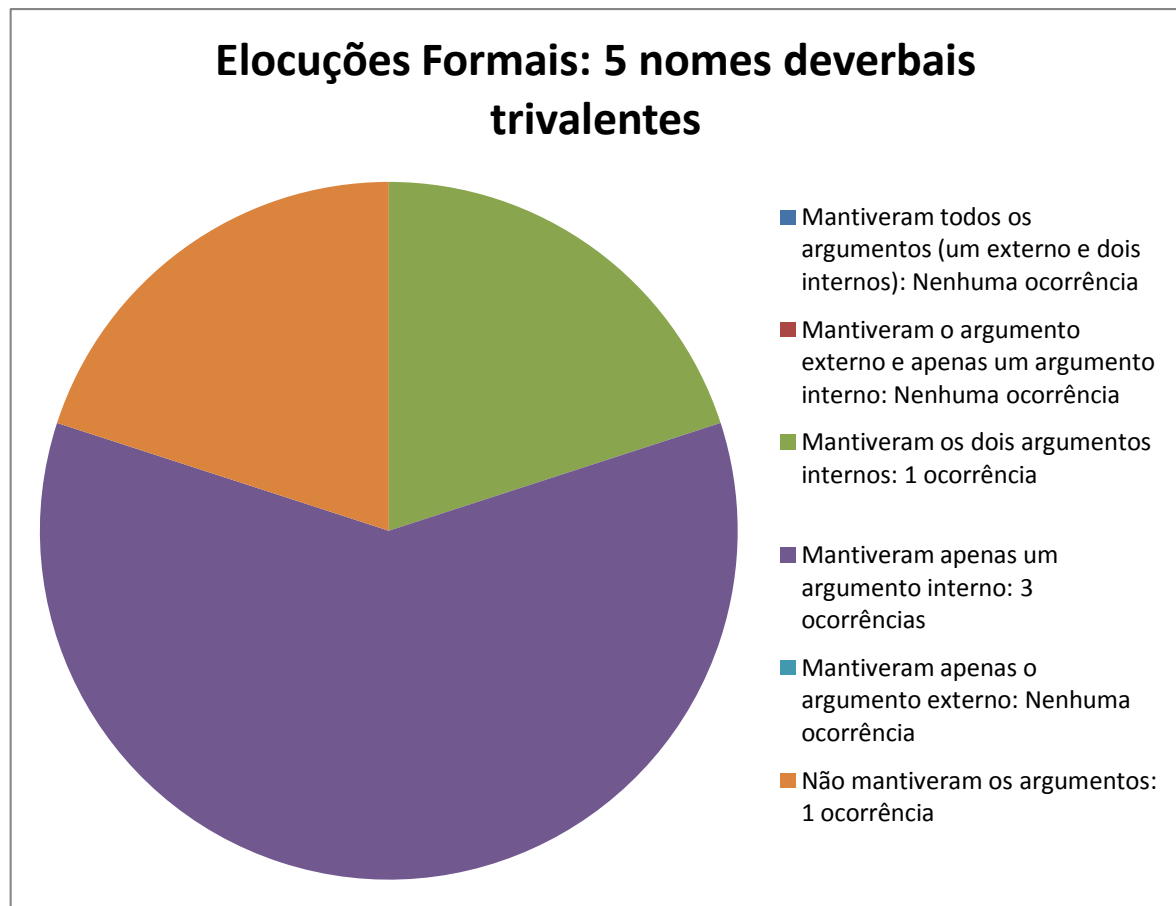


Gráfico 6: Nomes Trivalentes: Eloquções Formais

Vejamos alguns exemplos de ocorrências de nomes trivalentes e suas caracterizações.

Mantiveram o argumento externo e um interno:

1. “mas não não que eu tivesse uma **preferência** anteriormente pelo rádio tudo...”
DID - p.23
2. “assisto os filmes assim agora que eu tenha **preferência** por exemplo pelos filmes americanos filmes franceses ou... ítalo-americanos ou italianos não não tenho preferência” DID - p.43
3. “mas eu não posso dizer que tenha **preferência** por esse ou por aquele porque eu não entendo nada” DID - p.104

Essas ocorrências dizem respeito aos Diálogos entre Informante e Documentador, já que não tivemos nenhuma ocorrência de nome deverbal que manteve o argumento externo e um interno nas Eloquções Formais. Podemos ver que, nos três exemplos acima, o argumento interno é encabeçado por um sintagma preposicional e o externo é repetição por zero

motivada semanticamente, tendo em vista o compartilhamento do predicado da oração matriz, através do verbo suporte ‘ter’ e seu sujeito – o nome deverbal, então, participa de uma estrutura predicativa.

Mantiveram os dois argumentos internos:

4. “...inclusive a **colocação** dos produtos em supermercados...” DID - p.63
5. “onde há formação de proteínas e **colocação** dentro da circulação...” EF - p.138

Nestes exemplos o mesmo verbo ocorre em ambas as instâncias discursivas. Nos Diálogos entre Informante e Documentador (exemplo 4), ambos os argumentos são preposicionados e nas Elocuções Formais (exemplo 5) temos duas orações coordenadas: na segunda sentença, a qual apresenta o nome deverbal, temos o argumento interno locativo e uma anáfora zero semanticamente motivada se referindo a ‘proteínas’, presente na primeira oração.

Mantiveram apenas um argumento interno:

6. “problemas de **colocação** dos formados...” DID - p. 54
7. “...se dá absoluta **preferência** a pessoas a líderes políticos que tiveram...” EF - p.119

Nestes dois exemplos, se compararmos com as ocorrências de nomes deverbais trivalentes que mantiveram seus dois argumentos internos, perceberemos que em 6 o argumento locativo foi apagado e em 7, o argumento externo.

Nomes que mantiveram apenas o argumento externo:

8. “...eu não tenho **preferência** assim porque eu gosto mais entende...” DID - p.26

Nesta classificação, só temos ocorrências nos Diálogos entre Informante e Documentador. Vemos aqui, mais uma vez, o nome deverbal ‘preferência’ com o argumento externo expresso por repetição por zero motivada semanticamente, tendo em vista o uso do verbo suporte ‘ter’ e seu especificador ‘eu’.

Nomes que não mantiveram seus argumentos:

9. “dentre as várias **recomendações**... uma aqui é particularmente interessante... eu até assinalei...” EF - p.120

Apenas temos uma ocorrência de nome trivalente que não manteve nenhum de seus argumentos, e a mesma se deu nas Elocuções Formais. Fica claro, no contexto comunicativo, que a ‘recomendação’ é do professor para os alunos e a mesma será proferida no contexto imediatamente seguinte. Como nossa classificação considera a presença dos argumentos na matriz sentencial, este foi um caso de perda argumental motivada pragmaticamente.

Se analisarmos as propriedades valenciais de todos os nomes deverbais pertencentes às duas instâncias discursivas quantitativamente, sem atentarmos para suas peculiaridades argumentais (mono-, bi- ou trivalente) e considerarmos apenas dois níveis de análise, quais sejam [+presença de argumento] e [-presença de argumento], sendo que o nível [+presença de argumento] englobe tanto a manutenção de todos os argumentos quanto as variações argumentais – apenas argumento interno, apenas argumento externo, etc. - as porcentagens seriam as seguintes:

DID: 110 ocorrências

[+presença de argumento]	[-presença de argumento]
79%	21%

Quadro 7: DID: Análise quantitativa da manutenção e perda dos argumentos dos nomes deverbais

EF: 240 ocorrências

[+presença de argumento]	[-presença de argumento]
72.5%	27.5%

Quadro 8: EF: Análise quantitativa da manutenção e perda dos argumentos dos nomes deverbais

Fica claro que, em termos de número de nominalizações, encontramos uma grande diferença entre uma instância discursiva e outra: temos mais do dobro de nominalizações nas Elocuções Formais em comparação aos Diálogos entre Informante e Documentador. No que diz respeito à manutenção argumental, vemos que não há diferença significativa entre uma instância e outra e, de acordo com as porcentagens, temos um maior índice de manutenção dos argumentos dos nomes deverbais nos Diálogos entre Informante e Documentador, ou seja, na instância discursiva menos formal.

Ao compararmos esses mesmos níveis de análise ([+presença de argumento] e [-presença de argumento]) separadamente nos nomes monovalentes, bivalentes e trivalentes, teremos as seguintes porcentagens:

Nomes Monovalentes

	[+presença de argumento]	[-presença de argumento]
Diálogos entre Informante e Documentador (Total de 26 ocorrências)	96.2%	3.8%
Elocuções Formais (Total de 50 ocorrências)	60%	40%

Quadro 9: Comparação quantitativa: nomes monovalentes

Nomes Bivalentes

	[+presença de argumento]	[-presença de argumento]
Diálogos entre Informante e Documentador (Total de 71 ocorrências)	69.1%	30.9%
Elocuções Formais (Total de 185 ocorrências)	75.7%	24.3%

Quadro 10: Comparação quantitativa: nomes bivalentes

Nomes Trivalentes

	[+presença de argumento]	[-presença de argumento]
Diálogos entre Informante e Documentador (Total de 13 ocorrências)	100%	0%
Elocuções Formais (Total de 5 ocorrências)	80%	20%

Quadro 11: Comparação quantitativa: nomes trivalentes

Ao analisarmos as ocorrências separadamente, notamos que, nos nomes monovalentes, há uma maior tendência à não-realização argumental nas Elocuções Formais. Nossa hipótese, já apontada neste capítulo, é a de que o fator que contribui para a perda dos argumentos não é o maior ou menor grau de formalidade situacional, mas sim o tipo de discurso proferido em aulas de faculdade, qual seja o discurso científico, que pode afetar a expressão argumental dos nomes deverbais monovalentes, tais como *coagulação*, *retração*, *dilatação*, *circulação*, *obstrução*, etc. Os nomes deverbais, ao serem utilizados por especialistas, sofrem uma restrição comunicativa, pois podem participar da constituição de sintagmas terminológicos e contribuir para a designação de um conceito típico de uma área do conhecimento, que se

atualiza em uma ambiente especializado e restrito de comunicação. Em relação aos nomes trivalentes, pouco podemos atestar, devido ao fato de o número de ocorrências ter sido reduzido em nosso *corpus*, mas o fato de que nenhum nome manteria todos os argumentos previstos pela sua estrutura semântica já havia sido prevista, tendo em vista a pouca funcionalidade de uma construção lingüística como essa. O número mais expressivo de ocorrências que temos em nosso *corpus* diz respeito aos nomes bivalentes; de acordo com a nossa análise, percebemos que a diferença de manutenção argumental não é significativa (em torno de 5%), o que não nos permite traçar paralelos representativos entre uma instância discursiva e outra em termos de preenchimento valencial.

Voltando à análise quantitativa dos quadros 7 e 8, percebemos que, ao não nos determos apenas na análise dos termos que constituem a estrutura lexical do nominal, não tivemos um grande índice de elipses, nem nos Diálogos entre Informante e Documentador, nem nas Elocuções Formais. Essa constatação através de nossos dados corrobora a afirmação de Camacho (2007) de que os nomes deverbais preservam a estrutura argumental do predicado verbal correspondente, apesar de sua organização sintática raramente expressar todos os constituintes de sua estrutura argumental. Este trabalho mostra que substantivos e verbos contribuem de forma diferente para a realização das instâncias discursivas: quando um verbo, destituído de função referencial plena, passa para um nome, esse nome passa a ter função referencial marcada no sintagma nominal, já que a maioria das nominalizações em ambas as instâncias discursivas (mais de 70% do total) manteve pelo menos um dos seus argumentos.

Em relação ao número de nominalizações, fica claro que temos um índice de ocorrências muito maior na instância mais formal analisada, o que atesta o fato de que essa construção lingüística tem maior produtividade em situações mais planejadas de uso da língua (BASILÍO, 2002).

Neste capítulo, fizemos uma análise detalhada dos nomes deverbais encontrados em nosso *corpus*. A divisão entre nomes monovalentes, bivalentes e trivalentes é fundamental na caracterização valencial desses nomes. Percebemos, através dos vários exemplos de contextos nos quais os nomes deverbais são atualizados, que há diferentes formas de realização argumental e de que uma análise que leve em conta apenas os argumentos presentes no núcleo nominal pode ser pouco acurada, tendo em vista a motivação semântica para a anáfora zero. Houve uma diferença significativa entre o número de ocorrências nas duas instâncias comunicativas, o que nos permite advogar que a variável ‘maior formalidade de situação’ atua em prol de um maior número de nominalizações. Acerca da realização argumental, não

tivemos uma diferença expressiva entre os Diálogos entre Informante e Documentador e as Elocuções Formais; a média de 25% de elipses encontradas nestes contextos comunicativos (21% em DID e 27.5% em EF) tem motivação no contexto conversacional, já que este licencia determinados apagamentos argumentais em função da relevância e da economia de expressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretendeu contribuir com a descrição das propriedades lingüísticas dos nomes deverbais em situação de uso da língua, a fim de verificar suas constituições sintático-semânticas.

Para tanto, no primeiro capítulo, apresentamos as duas instâncias discursivas de nosso *corpus*, os Diálogos entre Informante e Documentador e as Elocuções Formais, que se distinguem entre si pelo grau de dialogicidade que as caracterizam (HILGERT, 2007). Na primeira, temos uma interação comunicativa maior entre os participantes e uma conseqüente dificuldade de planejamento discursivo; na segunda, a formalidade comunicacional é maior devido à possibilidade de planejamento de fala e à pouca ou nenhuma interação entre os participantes. Para análise de nosso *corpus*, apresentamos, também no capítulo 1, os principais pressupostos teóricos do Funcionalismo, a teoria que percebe as estruturas lingüísticas como sendo flexíveis e permeáveis às pressões do uso, estando sujeitas a constantes reelaborações e sendo relacionadas às situações sociais concretas em que elas foram geradas. Além disso, abordamos, brevemente, a ordem sintática dos constituintes como dependente da situação de comunicação: dependendo do grau de informatividade das estruturas lingüísticas, temos o tópico (ou o assunto a ser tratado) na posição inicial da sentença e o foco ou comentário (o que é novo sobre o assunto) na parte final; levando em conta que alguns nomes deverbais se apresentam argumentalmente enfraquecidos, podemos atribuir este fato à razão de eles já se constituírem como tópico de determinada construção sentencial. Como fechamento do capítulo, apresentamos um importante pesquisador da sociolingüística, Dell Hymes, que atentou para a necessidade não só da competência lingüística dos usuários da língua, mas também de uma competência comunicativa, que leve em conta falantes reais inseridos em contextos comunicacionais específicos, tendo em vista a necessidade dos usuários de conduzirem seu discurso de acordo com a situação na qual eles estão envolvidos.

No segundo capítulo, tratamos do nosso objeto de estudo: os nomes deverbais. Explicitamos, rapidamente, o processo derivacional de sufixação, que é o responsável pela formação destes nomes. Abordamos, também, o estudo de Camacho (2007), que defende a ideia de que os nomes deverbais mantêm a estrutura argumental dos verbos que lhes são correspondentes. Ainda com este autor, constatamos que motivações semânticas e pragmáticas explicam o fato de a organização sintática de um nome deverbal raramente

expressar todos os constituintes em sua estrutura argumental. Tratamos, também, das condições de produção e produtividade desses nomes, com base nos estudos de Basílio e Gamarski presentes da Gramática do Português Falado, e vimos que as condições de produção, aquelas que dizem respeito à probabilidade de ocorrência de certas estruturas gramaticais, têm fundamental importância na caracterização das duas instâncias discursivas com as quais trabalhamos. Ao final do capítulo, nosso referencial teórico - a Teoria da Valência, de Borba - foi apresentado, a qual tem o intuito de fornecer um referencial analítico para a descrição das relações de dependência que se estabelecem entre categorias que ocorrem em um contexto linguístico.

No terceiro capítulo, procedemos à estipulação dos critérios e restrições para a recolha e seleção dos dados; apresentamos nosso *corpus*, a metodologia para confirmação dos dados e nosso modo de análise. Após isso, demonstramos a organização dos nomes deverbais em termos de caracterização valencial (monovalente, bivalente, trivalente), tendo em vista que as ocorrências foram organizadas, dentro desse âmbito valencial, em função da presença ou do apagamento dos argumentos externo e interno(s). Juntamente com as classificações, apresentamos alguns exemplos de nosso *corpus* para melhor contextualizar nossa análise e classificação. É importante apontarmos aqui o fato de que, apesar de termos abarcado em nosso trabalho 350 nomes deverbais, houve casos de nominais não analisados, porque o contexto não permitiu a atestação do processo morfológico.

No quarto capítulo, passamos à análise dos dados propriamente dita. Através dela, podemos dizer que a hipótese inicial deste trabalho está corroborada, pois:

- a) Os nomes deverbais atualizados na língua falada também apresentam alterações valenciais, tanto nos Diálogos entre Informante e Documentador quanto nas Elocuções Formais;
- b) O fator determinante para essas alterações parece estar calcado no contexto conversacional em ambas as instâncias;
- c) Não houve diferenças significativas entre as duas instâncias discursivas no que tange à realização argumental, tendo em vista que levamos em conta os argumentos presentes na matriz sentencial como um todo, e não apenas no sintagma do núcleo nominal.
- d) O número de ocorrências de nomes deverbais é maior nas Elocuções Formais.

Recapitemos, mais detalhadamente, algumas questões importantes em relação às nossas análises:

a) Perda dos argumentos em ambas as instâncias discursivas

Houve perda de argumentos em ambas as instâncias discursivas (em torno de 20% em cada), e isso se deve ao fato de que, apesar de a relação entre as estruturas sintática e semântica em uma descrição formal ser previsível, verifica-se que, **nas situações de uso da língua**, a estruturação sintática desses nomes, no que diz respeito à sua atualização na frase, varia por fatores complexos - **principalmente** por questões de contexto conversacional (GAMARSKI, 2002).

Além disso, quando fazemos uso de um nome deverbal em instâncias discursivas, podemos estar retomando uma idéia já anteriormente expressa; com isso em mente, em muitos casos a nominalização se atualiza já como tópico do discurso, ou seja, seus argumentos já estão presentes no contexto conversacional, o que pode ser uma das razões pelas quais a não-realização argumental se justifica: não é mais comunicativamente relevante expressar os argumentos novamente.

Ao analisarmos as ocorrências separadamente, notamos que, nos nomes monovalentes, há uma maior tendência à não-realização argumental nas Elocuções Formais. Nossa hipótese é a de que a perda dos argumentos foi em decorrência do ambiente especializado de comunicação, ou seja, o discurso científico também pode afetar a expressão argumental desses nomes. O número mais expressivo de ocorrências que temos em nosso *corpus* diz respeito aos nomes bivalentes; de acordo com a nossa análise, percebemos que a diferença de manutenção argumental não é significativa (em torno de 5%), o que não nos permite traçar paralelos representativos entre uma instância discursiva e outra em termos de preenchimento valencial. Em relação aos nomes trivalentes, pouco podemos atestar, devido ao fato de o número de ocorrências ter sido reduzido em nosso *corpus*, mas o fato de que nenhum nome manteria todos os argumentos previstos pela sua estrutura semântica já havia sido prevista, tendo em vista a pouca funcionalidade de uma construção lingüística como essa.

A consideração da manutenção dos argumentos, em nossa análise, se deu através de diversos mecanismos, tais como marcação por preposição, modificação por adjetivo, anáfora zero, repetição por zero, uso de pronomes possessivos e de orações adjetivas restritivas. Se tivéssemos considerado apenas a manutenção argumental prototípica, presente na estrutura do nominal, talvez teríamos encontrado uma diferença de realização argumental significativa entre uma instância e outra, condicionada, dessa vez, não só pelo contexto de conversação, mas principalmente pela formalidade situacional, já que essa estruturação dos argumentos

dentro do sintagma nominal é mais típica de instâncias de fala mais planejadas e mais formais.

Através de nossa análise, foi possível verificar que substantivos e verbos contribuem de forma diferente para a realização das instâncias discursivas: quando um verbo, destituído de função referencial plena, passa para um nome, esse nome passa a ter função referencial marcada no sintagma nominal, já que a manutenção de pelo menos um dos argumentos do nome deverbal se mostrou significativa em nossa análise quantitativa (Quadros 7 e 8), ou seja, mais de 70% dos nomes deverbais em ambas as instâncias discursivas mantiveram pelo menos um dos argumentos previstos pela sua matriz valencial.

b) Maior número de ocorrências de nomes deverbais nas Elocuções Formais:

As nominalizações, ao veicularem ideias abstratas, são indícios de uma fala mais culta e formal, justamente por ser um fenômeno mais complexo tanto em nível sintático quanto em nível semântico, pois é morfologicamente marcado.

[Maior Formalidade da Situação] → maior número de ocorrências de nomes deverbais.

Em relação aos sufixos mais produtivos, temos evidente o maior número de nominalizações com /-ção/, assim como constatado por Basílio (2006). Tivemos, também, os sufixos /-mento/, /-ncia/ e /-agem/, todos em número muito menor no *corpus* analisado.

Com essas análises em vista, podemos dizer que a formalidade da situação é um fator determinante em relação às condições de *produção* (BASÍLIO, 2002) de nomes deverbais, já que tivemos mais que o dobro de ocorrências dos mesmos em uma situação de fala considerada mais formal. Já o fator ‘contexto conversacional’ atua praticamente na mesma proporção tanto nos Diálogos entre Informante e Documentador quanto nas Elocuções Formais, licenciando o apagamento dos argumentos, tendo em vista a clara possibilidade de recuperação dos mesmos.

Finalmente, é importante salientarmos que a perda dos argumentos é sempre motivada pragmaticamente, levando em consideração a eficiência comunicativa em termos de relevância e economia: os falantes são sempre senhores do seu dizer.

REFERÊNCIAS

- BASÍLIO, M. **Estruturas Lexicais do Português**: Uma abordagem Gerativa. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980.
- BASÍLIO, M. **Formação de classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006
- BASÍLIO, M. **O Estudo da Morfologia no Português Falado: Condições de Produtividade e Condições de Produção**. In: CASTILHO, A. (org) Gramática do Português Falado, vol. III. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- BONA, C.; ABREU, S. P. de. **Descrição sintático-semântica de termos com núcleos deverbais do léxico enológico**. In: XXII Salão de Iniciação Científica da UFRGS 2010. Porto Alegre: Livro de Resumos do XXII Salão de Iniciação Científica da UFRGS, 2010.
- BORBA, F. S. **Uma Gramática de Valências para o Português**. São Paulo: Ática, 1996.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: Uma Introdução Crítica. Trad. Marcos Marcionilo. Editora Parábola, 2002.
- CAMACHO, R. G. Valência do nome deverbal e nominalidade prototípica, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502007000200006> Último acesso em: 07 dez. 2011.
- CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010
- GAMARSKI, L. **Condições de Estruturação Sintático-Semântica da Nominalização em Contextos Situacionais Específicos**. In: CASTILHO, A. (org) Gramática do Português Falado, vol. III. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- GIVÓN, T. **Syntax**: A Functional-Typological Introduction. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984.
- HILGERT, J. G. (org) **A Linguagem Falada Culta na Cidade de Porto Alegre**. Passo Fundo: Ediupf / Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1997.
- HILGERT, J. G. (org) **A Linguagem Falada Culta na Cidade de Porto Alegre – Elocuções Formais**. Passo Fundo: Ediupf / Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2007.
- HYMES, Dell. **Foundations in Sociolinguistics – An Ethnographic Approach**. University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1974.
- ILTEC – Instituto de Língua Teórica e Computacional. Disponível em: <www.portaldalinguaportuguesa.org> Acesso em: 25 nov. 2011.
- LYONS, J. **Linguagem e Linguística**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1987.
- MENUZZI, S. M. **Funcionalismo Linguístico**. Slides de curso, UFRGS, Porto Alegre, 2008.
- NEVES, M. H. M. A. **Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. M. A. Uma visão Geral da Gramática Funcional. In: ALFA, **Revista de Linguística**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

PEZZATTI, E. G. **O funcionalismo em lingüística**. In: MUSSALIM F. e BENTES, A.C. (Orgs.), Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos. São Paulo, Cortez, 2004. 3 v. p. 165-177.

RAPOSO, E. P. **Teoria da Gramática: A Faculdade da Linguagem**. Lisboa: Editorial Caminho, 1992

ROCHA, L.C. **Estruturas Morfológicas do Português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SIQUEIRA, E. **O Constructo de Faulstich (2003): Um Estudo dos Formativos no Léxico da Análise Sensorial Enológica**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2004.

ANEXO – Nomes deverbais encontrados em nosso *corpus* e suas classificações de acordo com os contextos de ocorrência

ANEXO

Nomes deverbais encontrados em nosso *corpus* e suas classificações de acordo com os contextos de ocorrência

Diálogos entre Informante e Documentador (Total de 110 ocorrências)

CARACTERIZAÇÃO VALENCIAL	NOMES MONOVALENTES (Total de 26 ocorrências)
+ Presença do Argumento (25 ocorrências)	<p>“...e aumentar em outras carreiras em função da inexistência <u>de profissionais em número suficiente...</u>” p.50</p> <p>“justamente é esse o problema do mercado de trabalho... é a inexistência de um <u>de um estudo</u> por parte da Universidade...” p.54 e p. 55</p> <p>“seria o problema relativo à inexistência ainda <u>de um entrelaçamento</u> comunidade-universidade...” p.55</p> <p>“... em face assim da da da existência <u>de uma hierarquia profissional...</u>” p.60</p> <p>“...a existência <u>de repartidores...</u>” p.63</p> <p>“de quanto é geralmente a duração <u>dos mandatos presidenciais?</u>” p.70</p> <p>“como se percebe assim normalmente é.. é corrimento <u>de líquido lacrimal...</u>” p.83</p> <p>“...bom primeira coisa é a aceleração <u>cardíaca...</u>” p.80</p> <p>“quais são as mudanças de tratamento que ocorreram de antigamente aos nossos dias <u>entre pais e filhos entre namorados enfim?</u>” p.116</p> <p>“por isso é que é uma cidade quente realmente... uma precipitação <u>de água</u> assim...” p.131</p> <p>“no progresso e desenvolvimento <u>do país</u> que...” p.131</p> <p>“ah... que mais? formação <u>de calos</u> sobre a planta dos pés...” p.94</p> <p>“...ele necessitava de trabalhar pra manter <u>a sua existência</u> pra manter a sua vida...” p.59</p> <p>“que possa manter esse... <u>qualquer uma das partes do corpo</u> em perfeito funcionamento... pode...” p.91</p> <p>“que geralmente eles apelam pra sexo pra... a prostituição também o o problema de de como é delinquência infantil” p.41</p> <p>“...existe pode haver uma certa competição <u>profissional...</u>” p.51</p>

	<p>“...por causa dessa correria aumenta o batimento cardíaco e dá problema então...” p.87</p> <p>“quais as profissões que o senhor acha mais necessárias para um país em desenvolvimento?” p. 53 (3 ocorrências)</p> <p>“quais são as mudanças de tratamento que ocorreram de antigamente aos nossos dias (...)?” p.116</p> <p>“quais as transformações que ocorrem nos cabelos com o passar do tempo?” p.79</p> <p>“...não seria propriamente um desnívelamento numérico...” p.50</p> <p>“o desnívelamento numérico não se poderia acho eu cogitar...” p. 50</p>
-Presença do Argumento (1 ocorrência)	“não há problema de funcionamento agora...” p.62

CARACTERIZAÇÃO VALENCIAL	NOMES BIVALENTES (Total de 71 ocorrências)
+ Presença dos Argumentos (49 ocorrências)	
+Argumento Externo e Interno (13 ocorrências)	<p>“qual a aceitação que a sociedade dá ou deveria dar a um indivíduo que perdeu um ou dois braços?” p.91/92</p> <p>“...eu acho que o Dez atualmente está com uma seleção de filmes muito melhores...” p.28</p> <p>“tu tens alguns conhecimentos técnicos de televisão?” p.29</p> <p>“... [eu] não não tomo muito conhecimento deles assim...” p.39</p> <p>“essa pergunta que vocês fazem vem eh... em complementação à primeira observação que eu fiz...” p.54</p> <p>“...o grande número de padarias e armazéns veio trazer uma diminuição na classe dos indivíduos que entregavam nas casas esses alimentos?” p.62</p> <p>“um pessoal que fazia a distribuição por exemplo de pão chamava...” p.62</p> <p>“porque deles é que parte a formação do indivíduo...” p.64</p> <p>“a pessoa que não tem conhecimento disso...” p.82</p> <p>“[eu] tive a sensação de estar naquela pedra ali...” p.130</p>

	<p>“você sabe as denominações <u>infantis dos dedos da mão</u>?” p.92</p> <p>“de quanto em quanto tempo <u>o senhor</u> faz uma revisão no seu carro?” p.70</p> <p>“...[eles] enchem as carroças com <u>pão</u> e faziam a distribuição...” p.63</p>
<p>+Argumento Externo</p> <p>(18 ocorrências)</p>	<p>“quais as manifestações do choro?” p.83</p> <p>“sendo nosso irmão perante Deus... deveria ter uma assistência ou <u>pelo órgão do governo</u> que trata desse tipo de deformidade ou uma clínica que trate só de pessoas deformadas...” p.92</p> <p>“em complementação à primeira observação que eu fiz...” p.54</p> <p>“...seguindo sempre uma assistência de alguma <u>entendida no assunto</u>...” p.77</p> <p>“...procurando assistência com um técnico ou com uma técnica que entende do assunto...” p.78</p> <p>“isso foi a educação que a minha mãe que me criou... e depois meu pai... meu pai era regime alemão...” p.153</p> <p>“a <u>sua organização</u>” p.38</p> <p>“...eh..[você] podia dar uma explicação?” p.78</p> <p>“seu <u>eu</u> tivesse de fazer uma operação plástica?” p.84</p> <p>“qual é na sua opinião <u>o tipo de dente</u> que causa maiores complicações?” p.86</p> <p>“creio que naquela época que [eles] deram a denominação realmente a cidade devia estar aqui bem no centro...” p.121</p> <p>“<u>eu</u> tive uma uma função de fiscalização... e tive...” p.125</p> <p>“eu dispunha de um pouco de tempo <u>eu</u> fiz interrupções...” p.128</p> <p>“seria até um pouco difícil <u>a gente</u>... iniciar uma referência ou um comentário assim maior...” p.129</p> <p>“e quanto aos aspectos da natureza <u>fenômenos da natureza</u> que provocam destruições o que o senhor poderia dizer?” p.136</p> <p>“<u>fenômenos da natureza</u> que causem destruição... eu acho que são insignificantes...” p.138</p> <p>“...<u>pessoal de execução</u> também...” p.56</p>

	<p>“...me parece que houve uma alteração... <u>por uma das emendas constitucionais ou pela Constituição...</u>” p.71</p>
<p>+ Argumento Interno (18 ocorrências)</p>	<p>“sem que a universidade possa ter uma mensuração... <u>de por exemplo se no mercado de trabalho em Porto Alegre existem ah... advogados em número suficientes para atender a área...</u>” p.49</p> <p>“como existe discriminação racial <u>discriminação de credo de cor</u> existe uma certa discriminação em termos <u>de profissão</u> também...” p.60</p> <p>“há uma certa desconsideração <u>quanto à posição</u> em que se coloca o outro...” p.60</p> <p>“... e a criação de uma lei eh sobre o ensino médio...” p.64</p> <p>“... no no na formação do indivíduo em si...” p.64</p> <p>“bom eh isso se regula pela apresentação dos filmes né?” p.70</p> <p>“ou seja a extirpação das amígdalas” p.90</p> <p>“você acredita na previsão do futuro... feita pela leitura das mãos?” p.93</p> <p>“essa denominação floresta na real na realidade eu nunca descobri...” p.121</p> <p>“de criação de gado sempre eu gostei...” p.124</p> <p>“e sobre o aproveitamento da rede hidrográfica o senhor acha... que é bem feito esse aproveitamento?” p.133</p> <p>“...além da atuação no campo da administração pública...” p.51</p> <p>“...o pessoal que exerce esse tipo de profissão tem uma complementação salarial que visa...” p.57</p> <p>“sente-se uma sensação de rubor no rosto...” p.80</p> <p>“devido a... como explicarei ao à incentivação à ginástica atualmente aos esportes...” p.90</p> <p>“seriam as duas primeiras profissões dentro de um escalonamento...” p.53</p>
<p>-Presença do Argumento (22 ocorrências)</p>	<p>“...eu não vou chegar tarde numa audiência em que haja a exclusão por não obediência ao horário...” p.68</p> <p>“...eu estou vendo que a dublagem não é a mesma que foi feita no cinema e na televisão...” p.28</p> <p>“tudo vem vindo num aperfeiçoamento conforme a época...” p.41</p>

	<p>“por haver uma saturação no mercado e aumentar em outras carreiras...” p.50</p> <p>“...sem esse primeiro estudo de mensuração não se sabe dizer se tem ou não tem advogados demais...” p.50</p> <p>“eu acho que a complementação são os economistas...” p.53</p> <p>“porque não há essa mensuração então uma das causas...” p.54</p> <p>“...eu diria assim assim uma falta de integração um problema assim de...” p.59</p> <p>“...existência de uma hierarquia profissional de uma subordinação agora...” p.60</p> <p>“transformações?” p.79</p> <p>“muitas vezes acontecem casos que não há transformação... há pessoas” p.79</p> <p>“nós não sabemos o que é... grandes destruições... nem mesmo guerras...” p.138</p> <p>“...e dar a devida assistência...” p.92</p> <p>“aceitação?” p.92</p> <p>“...na na criação do do na...” p.64</p> <p>“uma série de defeitos e padecimentos ou...” p.64</p> <p>“...uma série de problemas de linguagem assim relativo à má alfabetização...” p.64</p> <p>“principalmente no problema de alfabetização...” p.64</p> <p>“eu gostei muito de ter visto assim na campanha aquele aquela ondulação leve discreta né?” p.124</p> <p>“o que se chama de nervo dormente ou seja falta de irrigação que possa manter esse...” p.91</p> <p>“...então dá essa sensação...depois vem...” p.80</p> <p>“e sobre o aproveitamento da rede hidrográfica o senhor acha... que é bem feito esse aproveitamento?” p.133</p>
--	---

CARACTERIZAÇÃO VALENCIAL	NOMES TRIVALENTES (Total de 13 ocorrências)
+Presença dos Argumentos (13 ocorrências)	
+Presença dos Argumentos Externo e Internos (2)	Nenhuma ocorrência
+Presença dos Argumentos Externo e Interno (1) (4 ocorrências)	<p>“mas não não que <u>eu</u> tivesse uma preferência anteriormente <u>pele rádio tudo...</u>” p.23</p> <p>“assisto os filmes assim agora que <u>eu</u> tenha preferência por exemplo <u>pelos filmes americanos filmes franceses ou... ítalo-americanos ou italianos</u> não não tenho preferência” p.43</p> <p>“mas <u>eu</u> não posso dizer que tenha preferência por esse ou por aquele porque eu não entendo nada” p.104</p> <p>“até a separação em dois em um de <u>da semente</u> fazem com <u>essas trilhadeiras</u> já sai depois o arroz ensacado...”</p>
+Presença do Argumento Externo (4 ocorrências)	<p>“...<u>eu</u> não tenho preferência assim porque eu gosto mais entende...” p.26</p> <p>“[<u>eu</u>] não não tenho preferência... eu gosto de todos os filmes...” p.43</p> <p>“e quanto à dança <u>tu</u> tem alguma preferência?” p.110</p> <p>“quanto à música popular <u>tu</u> tem alguma preferência?” p.114</p>
+Presença dos Argumentos Internos (2) (2 ocorrências)	<p>“quais seriam as causas dos problema de colocação dos formados em Escolas Superiores?” p. 53 e p.54</p> <p>“...inclusive a colocação dos produtos em supermercados...” p.63</p>
+Presença do Argumento Interno (1) (3 ocorrências)	<p>“problemas de colocação dos formados...” p. 54 (2 ocorrências)</p> <p>“...de uma orientação como utilizar... meios pra que se previna a cárie...” p.78</p>
-Presença dos Argumentos	Nenhuma ocorrência

Elocuções Formais (Total de 240 ocorrências)

CARACTERIZAÇÃO VALENCIAL	NOMES MONOVALENTES (Total de 50 ocorrências)
<p>+ Presença do Argumento (30 ocorrências)</p>	<p>“...haja a retração <u>do coágulo...</u>” p.99</p> <p>“...para buscar a energia tão necessária a todo o funcionamento <u>do organismo...</u>” p.105</p> <p>“... a organização e o funcionamento <u>do Tribunal de Contas...</u>” p.109</p> <p>“onde há formação <u>de proteínas</u> e colocação dentro da circulação...” p.138</p> <p>“...é o processo de formação <u>de trombos</u> e entupimento venoso...” p.145</p> <p>“aquela alteração <u>da pele</u> que fica pigmentada...” p.154</p> <p>“o entupimento o não-funcionamento <u>do sistema linfático...</u>” p.154</p> <p>“diminuição <u>do poder oncótico...</u>” p.154</p> <p>“a diminuição <u>do poder oncótico</u> ocorre...” p.150 (2 ocorrências)</p> <p>“a diminuição <u>da proteína...</u>” p.150</p> <p>“a diminuição <u>do poder oncótico...</u>” p.151</p> <p>“bom funcionamento <u>do órgão</u> encarregado de produzir...” p.151</p> <p>“há tendência à formação <u>do edema...</u>” p.149</p> <p>“...pela diminuição <u>da barreira renal...</u>” p.147</p> <p>“... é o funcionamento <u>renal...</u>” p.102</p> <p>“...justamente essa imposição <u>máscula... do macho mais velho...</u>” p.133</p> <p>“onde as especializações <u>de funções...</u>” p.135</p> <p>“os capilares têm uma circulação mais lenta do que os vasos...” p.136</p> <p>“...com dilatação <u>capilar...</u>” p.140</p> <p>“...cicatrização <u>da lesão que se estabeleceu aí...</u>” p.145</p> <p>“pode haver acumulação <u>de água...</u>” p.149</p> <p>“no hospital de vocês estão tendo oscilações <u>de peso...</u>” p.149</p>

	<p>“...é o processo de formação de trombos e entupimento venoso...” p.145</p> <p>“...e eles voltam à circulação... então...” p.138 (4 ocorrências)</p> <p>“...no desenvolvimento da sua ação...” p.111/112</p>
<p>-Presença do Argumento</p> <p>(20 ocorrências)</p>	<p>“isto aumenta a reabsorção...” p.152</p> <p>“...só por curiosidade o contrário do edema é a desidratação né?” p.149</p> <p>“...é a tramitação pela qual o advogado age e procura...” p.95</p> <p>“também é favorecido pela va...sodilatação natural que ocorre no verão certo?” p.144</p> <p>“é a tramitação... nos tribunais...” p.95</p> <p>“que o processo comum de coagulação... se proceda...” p.99</p> <p>“...não houve processo de coagulação... nós insistimos no processo de coagulação...” p.99</p> <p>“lá a circulação é muito mais lenta e permite...” p.136</p> <p>“a circulação... isto é o líquido em qualquer lugar...” p.138</p> <p>“então vão levar em consideração a maneira de aparição e desaparecimento...” p.156</p> <p>“quando já é uma degeneração adiantada...” p.154</p> <p>“é a circulação que se faz mal naquela região...” p.154</p> <p>“dificultando a circulação integral...” p.146</p> <p>“uma obstrução... uma compressão por um tumor...” p.154</p> <p>“fazer o fechamento na hora em que a corrente...” p.144</p> <p>“não tendo uma circulação rápida...” p.145</p> <p>“a flexão do joelho que dificulta a circulação...” p.144</p> <p>“há um obstáculo à circulação... e então se eu amarrar...” p.141</p>

CARACTERIZAÇÃO VALENCIAL	NOMES BIVALENTES (Total de 185 ocorrências)
+ Presença dos Argumentos (140 ocorrências)	Número Total
+Argumento Externo e Interno (23 ocorrências)	<p>“para a <u>nossa complementação... das aulas... seguintes...</u>” p.87</p> <p>“a hermenêutica é o estudo... da <u>interpretação jurídica das leis...</u>” p.87</p> <p>“os problemas que <u>eles</u> tiveram para a <u>elaboração do código civil</u> as leis anteriores que regiam antes da publicação vigente do código civil...”p.91</p> <p>“...[eles] estão sujeitos à <u>prestação de contas...</u>” p.108</p> <p>“a <u>aplicação pelos estados e municípios do chamado Fundo de Participação...</u>” p.114</p> <p>“há <u>sistemas</u> destinados à <u>apreensão ao aproveitamento do alimento à decomposição dele à assimilação</u> depois <u>desassimilação e eliminação...</u> além disso à própria <u>locomção...</u>” p.135</p> <p>“tem a <u>compressão que o meu diafragma exerce sobre as vísceras abdominais...</u>” p.144</p> <p>“e na cirurgia também [eles] fizeram um <u>esvaziamento de axila...</u>” p.154</p> <p>“...primeiro <u>esclarecimento que demos em relação aos princípios de lei...</u>” p.95</p> <p>“<u>passagem de líquido para fora...</u>” p.138</p> <p>“<u>todo colono (...)</u> é muito católico no sentido de <u>cumprimento do dever da família...</u>” p.89</p> <p>“...na <u>aplicação da lei o juiz atenderá...</u>” p.90</p> <p>“...<u>nós</u> podemos partir então com esse <u>conhecimento daquilo</u> mas praticando a lei...” p.90</p> <p>“...porque incumbe originariamente <u>ao congresso... a fiscalização...</u> o controle <u>da atividade financeira...</u>” p.108</p> <p>“...<u>administração financeira da União...</u>” p.113</p> <p>“<u>o mecanismo</u> é em parte de <u>produções hormonais...</u>” p.145</p> <p>“...<u>verificações</u> de natureza <u>jurídica quanto a contratos...</u>” p.112</p>

<p>+Argumento Externo</p> <p>(26 ocorrências)</p>	<p>“...de acordo com os conhecimentos <u>que nós já temos...</u>” p.90</p> <p>“segundo a definição <u>que nós demos...</u>” p.95</p> <p>“então <u>nós fazemos</u> uma aspiração...” p.98</p> <p>“...a participação <u>dos estados e municípios...</u> e ao mesmo tempo...” p.114</p> <p>“se não fosse a participação <u>de elementos especializados em contabilidade...</u> vale dizer...” p.120</p> <p>“e a grande preocupação filosófica <u>do quinhentismo...</u>” p.123</p> <p>“...também [<u>ele</u>] chega à conclusão dizendo que...” p.124</p> <p>“por definição <u>da doutora</u> é representada pela atração que têm as proteínas sobre a água e portanto...” p.138</p> <p>“...ser alvo de <u>nossas</u> considerações... que são assuntos conhecidos...” p.138</p> <p>“[<u>ele</u>] oferece uma certa resistência... e essa...” p.139</p> <p>“é a regulação <u>pele rim</u>” p.139</p> <p>“se houver compressão <u>por um tumor</u> embaixo da axila...” p.141</p> <p>“uma obstrução... uma compressão <u>por um tumor...</u>” p.154</p> <p>“essa interpretação é <u>minha</u> porque aí geralmente...” p.145</p> <p>“isso sem falar na compressão <u>que sob as () fazem o útero...</u>” p.146</p> <p>“<u>este inseto</u> ao fazer a sua inoculação ele injeta ele introduz...” p.140</p> <p>“...e à juízo <u>por parte do Tribunal de Contas...</u>” p.108</p> <p>“então o juízo <u>cabe ao Congresso Nacional...</u>” p.109</p> <p>“aqui nós temos... afirmações <u>axiomáticas proverbiais...</u>” p.130</p> <p>“essa interpretação <u>jurídica</u> denomina-se hermenêutica...” p.87</p> <p>“...aqueles <u>incumbidos</u> da arrecadação... do processo do processo de pagamento e dos processos de gestão...” p.108</p>
---	---

	<p>“<u>meia dúzia de jornais</u> têm essa primazia da publicação diária...” p.88</p> <p>“...nem <u>todos os estados</u> têm uma organização idêntica...” p.110 (2 ocorrências)</p> <p>“...[<u>nós</u>] estamos ainda numa fase embrionária de reformulação... e há muitas...” p.115</p>
<p>+ Argumento Interno</p> <p>(91 ocorrências)</p>	<p>“...em fase de atualização de processos...” p.111</p> <p>“há uma oposição de faixa etária...” p.133</p> <p>“...a maneira da <u>sua aplicação</u>...” p.93</p> <p>“então é diferente... o meio de aplicação da lei...” p.89</p> <p>“que vêm a ser a interpretação das leis...” p.87</p> <p>“em mil novecentos e dezessete... promulgação de vigência do interregno... nós temos aqui o quê? Uma interpretação doutrinária <u>dos artigos</u> e automaticamente...” p.87</p> <p>“em determinados casos houve publicação de editais...” p.88</p> <p>“... de interpretar e de fazer exigir o cumprimento de um direito...” p.88</p> <p>“...está para a interpretação da lei...” p.90</p> <p>“nessa parte da classificação das leis...” p.90</p> <p>“...dar uma visão... uma aplicação da lei...” p.91</p> <p>“depondo diversas decisões de diversos casos...” p.92</p> <p>“...interpretação quanto ao meio...” p.92</p> <p>“...para a aplicação das leis...” p.92 (2 ocorrências)</p> <p>“...vamos procurar o processamento para a aplicação dessa lei...” p.95</p> <p>“...são as complementações para aquilo que nós temos como interpretação das leis...” p.95</p> <p>“...para entrarmos na interpretação e aplicação do código civil... dúvidas?” p.96</p> <p>“através da codificação da legislação...” p.96</p> <p>“deveriam ter também uma aula sobre determinação do colesterol... e comparação dos métodos de determinação do colesterol!” p.97</p> <p>“... a determinação de reserva alcalina...” p.97</p> <p>“...a aula de detecção do colesterol...” p.97</p>

	<p>“...com relação à determinação de reserva alcalina...” p.99</p> <p>“...realmente uma definição melhor <u>para isso</u> seria a seguinte...” p.101</p> <p>“...então é tão importante a determinação da glicose no diabético...” p.105</p> <p>“a organização do sistema de controle externo...” p.107</p> <p>“...a constituição detalha as funções de fiscalização financeira e orçamentária...” p.108 (2 ocorrências)</p> <p>“...ah se restringe à fiscalização ou ao controle... <u>da execução do orçamento...</u>” p.108</p> <p>“...a arrecadação de rendas...” p.108</p> <p>“...em relação à execução orçamentária...” p.108</p> <p>“como se desenvolve a execução do orçamento...” p.108</p> <p>“...elaborou o projeto de criação do Tribunal de Contas...” p.109</p> <p>“...pertinentes à administração financeira...” p.110 (2 ocorrências)</p> <p>“ah... da composição de quadros técnicos especializados...” p.111</p> <p>“...a execução dessas tarefas...” p.112</p> <p>“...que se quer imprimir ao processo de fiscalização financeira...” p.112</p> <p>“...onde tem a denominação de conselheiros...” p.112</p> <p>“...determina os quantitativos de distribuição desse fundo global...” p.114</p> <p>“porque a repartição desses fundos a sua distribuição...” p.114</p> <p>“...baseado exclusivamente na verificação da legalidade dos atos praticados pelo Executivo...” p.115</p> <p>“...no que se referisse à execução do orçamento...” p.115</p> <p>“...a esfera da verificação da conveniência ou da oportunidade das operações...” p.115</p> <p>“...para a racionalização dos serviços federais...” p.115</p>
--	--

	<p>“...sujeitas à fiscalização <u>financeira</u> do Tribunal de Contas...” p.116</p> <p>“...fiscalização <u>financeira e orçamentária</u>...” p.116</p> <p>“...relacionadas com a distribuição... e a verificação da aplicação do fundo de participação dos Estados e municípios...” p.117</p> <p>“o controle da execução de programas e observância das normas que governam...” p.117</p> <p>“...da observância das normas gerais que regulam...” p.117</p> <p>“o controle da aplicação dos dinheiros públicos...” p.117</p> <p>“a prestação de contas... se apóia...” p.118</p> <p>“...tem essa denominação... <u>Sexto Congresso Internacional</u>...” p.120</p> <p>“as exigências de uma fiscalização profunda em torno da contabilidade das empresas públicas com caráter industrial e comercial... certo?” p.120</p> <p>“...representação de uma peça de teatro...” p.121</p> <p>“eliminação de <u>água e sal</u>...” p.140</p> <p>“existe produção de <u>estamina</u>...” p.140</p> <p>“há recuperação do líquido que saiu...” p.141</p> <p>“recuperação <u>daquele líquido que sai</u>...” p.141</p> <p>“e dificulta a recuperação <u>daquele líquido que saiu</u>...” p.142</p> <p>“...e permitir que haja uma desinfiltração <u>daqueles tecidos</u>...” p.145</p> <p>“como é fácil a explicação <u>daquela pele pigmentada</u>...” p.145</p> <p>“excesso de retenção... <u>de sal e água</u>...” p.156</p> <p>“...produzida pela maior reabsorção <u>de água</u>...” p.155</p> <p>“e por obstrução <u>dos gânglios</u>...” p.154</p> <p>“...vai haver produção <u>de hormônio antidiurético</u>” p.152</p> <p>“há maior retenção <u>de urina</u>...” p.153</p> <p>“e portanto ainda faz maior retenção <u>de água e sal</u>...” p.153</p>
--	--

	<p>“...que estão regulando a omosterona e a eliminação de sódio e o hormônio diurético...” p.151</p> <p>“...com dificuldade de produção de sero...” p.151</p> <p>“em primeiro lugar dá a sensação de peso...” p.147</p> <p>“...seria alterações do setor arteriolar...” p.147</p> <p>“nós temos a comprovação do que eu digo...” p.146</p> <p>“ “aqueles casos produzidos pela retenção hidrossalina...” p.154</p> <p>“...seria através do conhecimento transmitido <u>da origem da própria lei</u>...” p.93</p> <p>“...são as complementações para aquilo que nós temos como interpretação das leis...” p.95</p> <p>“porque a repartição desses fundos a <u>sua distribuição</u> devia caber ao Ministério...” p.114</p> <p>“então a preocupação predominante <u>era o exercício de uma atividade</u> de fiscalização...” p.115</p> <p>“desde a <u>sua conceituação</u>... vamos dizer duas palavras...” p.135</p> <p>“é a modificação que se operava nesta pata...” p.139</p> <p>“dentro daquela definição que nós vimos em relação... <u>ao poder</u>” p.87</p> <p>“em face à interpretação quanto à <u>fonte</u>...” p.91</p> <p>“há uma alteração nelas...” p.152</p>
<p>-Presença do Argumento</p> <p>(45 ocorrências)</p>	<p>“bem vocês não se lembram que existe uma reabsorção...” p.152</p> <p>“regulação ao nível do rim...” p.140</p> <p>“vimos as exemplificações... e vamos...” p.87</p> <p>“para dar assistência gratuita...” p.89</p> <p>“dar uma visão...” p.91</p> <p>“as primeiras modificações... as primeiras ações foram...” p.92</p> <p>“...mas a interpretação para conduzir ao condicionamento pode ser diversa...” p.93</p> <p>“uma só determinação... e é claro que a determinação é geral para todos...” p.94</p> <p>“vamos procurar o processamento...” p.95</p>

	<p>“alguma pergunta aí com relação a essa interpretação algum esclarecimento? Com relação à aplicação com relação à interpretação?” p.95</p> <p>“...uma maneira apurada de fazer essa determinação...” p.99</p> <p>“...essa determinação... para fazer a reserva alcalina...” p.99</p> <p>“...se não for necessário a determinação no plasma...” p.99</p> <p>“...toda vez que nós tivermos uma hiperventilação...” p.103</p> <p>“...isso seria a hiperventilação que dá uma escalose... e a hipoventilação dá uma acidose... quando é que nós entramos em hipoventilação?” p.104</p> <p>“o juízo é de competência exclusiva...” p.109</p> <p>“...quanto à composição... nós temos os artigos...” p.111</p> <p>“...o produto de arrecadação... esse fundo...” p.114</p> <p>“...estabelece normas para a aplicação... e de conformidade com as leis...” p.114</p> <p>“...a aplicação se compatibiliza com a distribuição feita...” p.114</p> <p>“...relacionadas com a distribuição...” p.117 “essa afirmação faz com que...” p.121</p> <p>“...tivera uma afirmação... interessantíssima...” p.129</p> <p>“no lugar de assimilação?” p.136</p> <p>“como é que nós vamos trazer a desassimilação ao exterior?” p.136</p> <p>“a recuperação pra dentro do sistema...” p.138</p> <p>“de modo que haja uma compensação e a pessoa não urina ou urina muito pouco...” p.139</p> <p>“problema de reabsorção... aqui está sempre saindo...” p.141</p> <p>“se houver uma alteração não localizada mas geral...” p.141</p> <p>“isto é a má eliminação ao nível do rim...” p.154</p> <p>“um déficit de filtração... junto aos tubos que estão funcionando muito bem... a filtração é pequena...” p.155</p>
--	--

	<p>“isto mais aumento da reabsorção...” p.152</p> <p>“e existe nessa desidratação uma...” p.152</p> <p>“quando o edema se acumula mesmo nessa retenção... ou de aumento...” p.149</p> <p>“...recuperação parcial e...” p.145</p> <p>“vamos dizer... contrabalança aquela retenção...” p.147</p>
--	--

CARACTERIZAÇÃO VALENCIAL	NOMES TRIVALENTES (Total de 5 ocorrências)
+Presença dos Argumentos (4 ocorrências)	
+Presença dos Argumentos Externo e Internos (2)	Nenhuma Ocorrência
+Presença dos Argumentos Externo e Interno (1)	Nenhuma Ocorrência
+Presença do Argumento Externo	Nenhuma ocorrência
+Presença dos Argumentos Internos (2) (1 ocorrência)	“onde há formação <u>de proteínas</u> e <u>colocação dentro da circulação</u> ...” p.138
+Presença do Argumento Interno (1) (3 ocorrências)	<p>“...a atribuição <u>de julgar</u> as contas do chefe...” p.118</p> <p>“...se dá absoluta preferência <u>a pessoas a líderes políticos</u> que tiveram...” p.119</p> <p>“...naturalmente decorrem de ajustamentos <u>aos vários tipos de organização</u> vigentes no país...” p.114</p>
-Presença dos Argumentos (1 ocorrência)	“dentre as várias recomendações ... uma aqui é particularmente interessante...” p.120